ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO – 2011

PUBLICAÇÃO - CP/ECEME

INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA

“Aqui são selecionados os futuros líderes do Exército”

2011

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO – 2011

CURSO DE PREPARAÇÃO À ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – CP/ECEME

PUBLICAÇÃO

INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA

DISCIPLINA 03 - INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA E À ESTRATÉGIA

Objetivos particulares da Unidade Didática II: Introdução à Estratégia

1. Apresentar os principais conceitos da estratégia e suas relações.
2. Apresentar as linhas de pensamento estratégico clássico e contemporâneo.
3. Apresentar as técnicas para resolução de conflitos e a manobra de crise.
4. Apresentar os principais conceitos da guerra e os seus princípios.
5. Apresentar os conceitos de segurança e defesa.
6. Analisar a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (EDN).

UD II INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA: FUNDAMENTOS, TEORIAS E CONCEITOS GERAIS (12 horas)

Ass 1. FUNDAMENTOS E CONCEITOS (01 hora)

Objetivos específicos:

I-1 – Apresentar os conceitos de objetivos, políticas, óbices, poder e estratégias.

I-2 – Apresentar as relações entre objetivos, políticas, óbices, poder e estratégias.

1. Objetivos Nacionais (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

1.1 - Objetivos Nacionais (ON)

1.1.1 – Conceituação

A evolução histórico-cultural da comunidade nacional, ao promover a integração de grupos sociais distintos, gera o surgimento de valores, necessidades, interesses e aspirações que transcendem às particularidades grupais, setoriais e regionais e, ao mesmo tempo, conformam as ações individuais e coletivas.

Os valores, fundamentação para qualquer definição de objetivos, foram anteriormente analisados.

As necessidades são, primeiramente, identificadas no indivíduo para, a partir daí, servirem como referencial para os grupos e para a própria Nação.

Ao lado dos interesses nacionais, e em nível mais profundo, como uma verdadeira dimensão integradora que emana da consciência nacional, estão as aspirações nacionais. Estas e aqueles podem estar revestidos de um significado tal que acabam por se confundir com o próprio destino da nacionalidade.

A síntese última, decorrente do atendimento dessas necessidades, interesses e aspirações nacionais, é o que se pode denominar **Bem Comum**.

Para melhor orientar esses esforços, traduz-se o **Bem Comum** como objetivo síntese dos Objetivos Nacionais.

Objetivos Nacionais (ON) – são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico - cultural.

Os **Objetivos Nacionais** são classificados segundo sua natureza, em três grupos:

- Objetivos Fundamentais (OF)

- Objetivos de Estado (OE)

- Objetivos de Governo (OG).

1.1.2 - Objetivos Fundamentais (OF)

1.1.2.1 - Conceituação

Quando se tratar de pontos de referência capazes de responder ao projeto que a Nação tem de seus destinos, os Objetivos Nacionais são denominados Objetivos Fundamentais, e perduram por longo tempo.

Objetivos Fundamentais (OF) – são Objetivos Nacionais (ON) que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo.

1.1.2.2 – Identificação

Os Objetivos Fundamentais (OF) não são estabelecidos nem fixados. Derivam do processo histórico-cultural e emergem, naturalmente, à medida que as necessidades e interesses da comunidade se cristalizam na consciência nacional, representando aspirações que, independente de classes, região, credo religioso, ideologias políticas, origens étnicas ou outros atributos, a todos irmanam.

Os Objetivos Fundamentais devem ser identificados; para essa identificação, papel de destaque cabe às **elites**, a quem incumbe captar os interesses e aspirações nacionais.

Refletindo o continuado processo de mudança sociocultural e institucional, os Objetivos Fundamentais, representam o referencial maior a nortear todo planejamento em nível nacional.

1.1.2.3 - Caracterização

A Nação Brasileira tem como Objetivos Fundamentais: Democracia, Integração Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional, Paz Social, Progresso e Soberania.

Para o correto entendimento do significado de cada Objetivo Fundamental, faz-se necessária sua caracterização, com base na evolução histórica da Nação e na atuação de suas elites, além do exame dos fatores condicionantes humanos, físicos, institucionais e externos, criando percepções diferenciadas.

a) Democracia

A Democracia, como Objetivo Fundamental, tem dois significados essenciais:

- Em primeiro lugar, é a incessante busca de uma sociedade que propicie um estilo de vida identificado pelo respeito à dignidade da pessoa, pela liberdade e pela igualdade de oportunidades.

- Em segundo lugar, é a adoção de um regime político que se caracterize fundamentalmente por:

* contínuo aprimoramento das instituições e da representação política, bem como sua adequação aos reclamos da realidade nacional; e

* legitimidade do exercício do poder político, através do governo da maioria e do respeito às minorias.

- Organização de um estado de direito, significando:

* participação da sociedade na condução da vida pública;

* garantia dos direitos fundamentais do Homem;

* pluralidade partidária;

* divisão e harmonia entre os poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário);

* responsabilidade de governantes e governados pela condução da ação política;

* alternância no poder.

b) Integração Nacional

Consolidação da comunidade nacional, com solidariedade entre seus membros, sem preconceitos ou disparidades de qualquer natureza, visando à sua participação consciente e crescente em todos os setores da vida nacional e no esforço comum para preservar os valores da nacionalidade e reduzir desequilíbrios regionais e sociais. Incorporação de todo o território ao contexto político e socioeconômico da Nação.

c) Integridade do Patrimônio Nacional

Integridade do território, do mar patrimonial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, bem como do espaço aéreo sobrejacente. Integridade dos bens públicos, dos recursos naturais e do meio ambiente, preservados da exploração predatória. Integridade do patrimônio histórico-cultural, representada pela língua, costumes e tradições. Enfim, a preservação da identidade nacional.

d) Paz Social

Na visão de uma sociedade que cultua valores espirituais, a paz constitui condição necessária e efeito desejado. A Paz Social reflete um valor de vida, não imposto, mas decorrente do consenso, em busca de uma sociedade caracterizada pela conciliação e harmonia entre pessoas e grupos, principalmente entre o capital e o trabalho, e por um sentido de justiça social que garanta a satisfação das necessidades mínimas de cada cidadão, valorizando as potencialidades da vida em comum, beneficiando a cada um, bem como a totalidade da sociedade.

e) Progresso

O Progresso, como fato, é uma constatação com base no passado e no presente; como ideia, toma o fato por base, mas se projeta no futuro sob a forma de objetivo. Neste enfoque, tem, dentre outras, as seguintes características:

- adequado crescimento econômico;
- justa distribuição de renda;
- aperfeiçoamento moral e espiritual do homem;

- capacidade de prover segurança;
- padrões de vida elevados;
- ética e eficácia no plano político; e
- constante avanço científico e tecnológico.

f) Soberania

Manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações.

1.1.3 - Objetivos de Estado (OE)

São objetivos intermediários, estabelecidos para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações da sociedade nacional, decorrentes de situações conjunturais, mediatas ou imediatas, considerados de alta relevância para a conquista e manutenção dos Objetivos Fundamentais. Os Objetivos de Estado devem traduzir a visão prospectiva que a sociedade nacional tem de seu futuro mediato e a efetiva vontade de ver concretizados seus anseios. São, assim, objetivos que ultrapassam os compromissos que caracterizam a ação governamental. Mesmo que não estejam chancelados por consenso nacional, devem resultar de amplo debate e aceitos pela maioria, condição que destaca a importância da participação das Elites no seu estabelecimento.

Objetivos de Estado (OE) - são Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, considerados de alta relevância para a conquista, consolidação e manutenção dos Objetivos Fundamentais.

Os Objetivos de Estado, embora sejam estabelecidos por um Governo, devem refletir um consenso nacional sobre aspirações relevantes e assim deverão ser buscados por seus sucessores, através de outros objetivos intermediários.

1.1.4 – Objetivos de Governo (OG)

Na permanente busca da conquista e preservação dos OF a dinâmica da conjuntura impõe condições distintas quanto à caracterização e atendimento das necessidades, interesses e aspirações nacionais, levando à fixação de objetivos intermediários adequados àquelas condições: são os Objetivos de Governo.

Portanto, são objetivos fixados por um Governo para o atendimento imediato de necessidades, interesses e aspirações da sociedade, decorrentes de situações conjunturais que influem nos ambientes interno e externo da Nação.

São objetivos intermediários fixados por um ou mais Governos. Os Objetivos de Governo deverão preservar os OF, como referencial síntese.

Objetivos de Governo (OG) – são Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento imediato de necessidades, interesses e aspirações, decorrentes de situações conjunturais em um ou mais períodos de Governo.

2. Política Nacional, Política de Estado e Política de Governo (ESG, Manual Básico, Vol I – Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

2.1 - Política Nacional

A análise do processo histórico-cultural de uma Nação permite identificar as decisões com que ela marca seu próprio destino. O normal é que o Governo, buscando situar-se como

intérprete da vontade do povo, fixe objetivos que respondam com clareza e propriedade às aspirações nacionais.

Deve-se notar, porém, que eventuais governantes podem contrariar essas posições, fato que, conforme o grau de discordância, favorecerá a eclosão de **crises**.

A continuidade de certas posições coerentes, ao longo do processo histórico-cultural da Nação, expressa uma identificação de objetivos cujo conjunto é a própria Política Nacional. O estudo das sucessivas Políticas Governamentais constitui, portanto, importante subsídio para a compreensão da Política Nacional.

Surge uma **verdadeira Política Nacional** quando se busca aplicar racionalmente o Poder Nacional, orientando-o para o Bem Comum.

Dois são os **aspectos básicos** a considerar na análise dessa Política: os **Objetivos** a serem alcançados e preservados, e o **Poder** a ser empregado com tal finalidade. A Política Nacional se **caracteriza** por sua grande abrangência no tempo, pois se identifica com os Objetivos Fundamentais.

Política Nacional é o conjunto dos Objetivos Fundamentais bem como a orientação para emprego do Poder Nacional, atuando em conformidade com a Vontade Nacional.

A Política Nacional se propõe a atingir manter os Objetivos Fundamentais, não se preocupando com a capacidade do Poder Nacional ou com a existência de óbices que se anteponham ao seu emprego.

2.2 - Política de Estado

Nos regimes democráticos, dada a possibilidade de alternância de poder que lhes é inerente, a Política Nacional se segmenta em definidos períodos de tempo, de modo a determinar opções que, levando em conta tal condicionamento temporal, possam concretizar-se sob a forma de Objetivos de Estado, quando estão sendo considerados os relevantes interesses nacionais e Objetivos de Governo ligados às necessidades, interesses e aspirações imediatas da sociedade nacional, atendendo a determinado conjunto de circunstâncias: período de mandato, natureza dos óbices a enfrentar e capacidade do Poder Nacional.

Política de Estado é o conjunto de Objetivos de Estado, bem como a orientação para o Emprego do Poder Estatal, atuando em consonância com os relevantes interesses nacionais.

2.3 - Política de Governo

Sendo o Governo quem dirige o Estado por delegação da Nação, sua Política deve concorrer para a consecução da Política Nacional.

A Política Nacional se segmenta em definidos períodos de tempo, de modo a determinar opções que, levando em conta tal condicionamento temporal, possam concretizar-se sob a forma de Objetivos de Governo, atendendo a determinado conjunto de circunstâncias: período de mandato, natureza dos óbices a enfrentar e capacidade do Poder Nacional, na conjuntura considerada.

A Política de Governo representa, pois, a descida de um degrau na escala da dinâmica política e se desenvolve em termos delimitados pelas motivações e circunstâncias da conjuntura.

Por outro lado, serve como referência para os esforços da sociedade como um todo, influenciando as decisões autônomas de seus diferentes segmentos ou grupos componentes, tendo em vista os objetivos que buscam alcançar.

Política de Governo é o conjunto dos Objetivos de Governo, bem como a orientação para o emprego do Poder Nacional, atuando em consonância com a conjuntura.

Para consecução de suas políticas, os Governos devem considerar a capacidade do **Poder Nacional Atual**, evitando a fixação de objetivos cuja exequibilidade não esteja assegurada; essa característica visa reduzir a probabilidade de frustrações que podem se instalar na sociedade nacional e ameaçar o equilíbrio institucional.

2.4 – Desdobramento da Política de Governo

Quando, da fixação dos Objetivos de Governo, deve-se discernir sobre as necessidades ligadas à **preservação** e às de **evolução** dos interesses e aspirações nacionais, bem como o âmbito, interno ou externo, da atuação do Poder Nacional. Justifica-se, pois, o desdobramento da Política de Governo segundo os dois grandes campos de atuação: **Segurança e Desenvolvimento**, dos quais derivam as Políticas Setoriais, Regionais e Específicas.

As **Políticas Setoriais** dizem respeito às atividades próprias dos vários segmentos em que se divide a administração pública (transporte, comunicações, agricultura, educação, saúde e outros). Num Estado Federativo, o planejamento e a execução das Políticas Setoriais não devem prescindir de estreita articulação e cooperação entre os vários níveis governamentais: União, Estados e Municípios.

As **Políticas Regionais** têm uma abordagem espacial, envolvendo a atuação conjunta, numa determinada área geográfica, de vários órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, geralmente sob coordenação federal.

As **Políticas Específicas ou Especiais** são adotadas para o conjunto de atividades consideradas, por um determinado Governo, de fundamental relevância ou para a solução de problemas emergenciais graves. Normalmente são realizadas com a participação de vários segmentos da administração publica.

3. Poder Nacional e suas expressões (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários e Vol II – Assuntos Específicos, Rio de Janeiro, 2006)

3.1 Poder Nacional

3.1.2 - Conceito

O Poder se apresenta como uma conjugação interdependente de **vontades e meios**, voltada para o alcance de uma finalidade. A vontade, por ser um elemento imprescindível na manifestação do Poder, torna-o um fenômeno essencialmente humano, característico de um indivíduo ou de um grupamento de indivíduos.

A vontade de ter satisfeita uma necessidade, interesse ou aspiração não basta. É preciso que à vontade se some a capacidade de alcançar tal satisfação, ou seja, é preciso que existam os meios necessários e suficientes que integralizam o Poder. Para satisfazer àquelas necessidades, interesses e aspirações, que se traduzem como objetivos, o Homem, movido por sua vontade e, ao mesmo tempo, direcionando-a, deve se utilizar de Meios adequados e disponíveis, entre os quais ele mesmo se inclui.

A dimensão do Poder de um grupo social tem como base o conjunto de meios à disposição da vontade coletiva, isto é, da vontade comum aos subgrupos e aos indivíduos. O Poder Nacional reflete sempre as possibilidades e limitações dos Homens

que o constituem e dos Meios de que dispõe, nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego.

A visualização do Poder Nacional como um sistema complexo é coerente com o reconhecimento da integralidade como uma de suas características marcantes. O sentido interagente das relações entre os Homens que o constituem e os meios de que dispõe aquele Poder, bem como a afirmativa de ser ele uno e indivisível, aspectos mais evidentes quando vistos sob enfoque de poder em ação, reafirmam essa integralidade e reforçam seu caráter sistêmico. Entretanto, sendo a manifestação de um sistema social e, em si mesmo, um sistema, o Poder admite didaticamente a sua subdivisão para a análise de suas características e de seu valor.

A Nação, ao organizar-se politicamente, escolhe um modo de aglutinar, expressar e aplicar o seu Poder de maneira mais eficaz, mediante a criação de uma macro-instituição especial **-** o **Estado –** a quem delega a faculdade de instituir e pôr em execução o processo político-jurídico, a coordenação da vontade coletiva e a aplicação judiciosa de parte substancial de seu Poder.

Assim: **Estado é a Nação politicamente organizada.**

Não só para evitar a violência e a anarquia entre os indivíduos mas, principalmente, para dotar o Governo dos meios para garantir a ordem instituída, torna-se o Estado detentor monopolista dos meios legítimos de coerção.

O Poder do Estado ou Poder Estatal corresponde, portanto, ao segmento politicamente institucionalizado do Poder Nacional.

O conceito de Poder Nacional destaca o papel do Homem em sua composição, para que ele não figure apenas como mais um daqueles meios de que o Poder dispõe, valorizando, assim, sua tríplice condição de componente do Poder Nacional, de agente principal de seu emprego e de destinatário final dos resultados assim obtidos.

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional.

Neste conceito estão contidos os elementos do Poder Nacional: o Homem, a Vontade e os Meios, sendo a Vontade Nacional entendida como a interpretação pelas Elites, dos anseios da sociedade nacional.

3.2 - Expressões

O Poder Nacional deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto, para compreender os elementos estruturais anteriormente referidos, podemos estudá-lo segundo suas **manifestações**, que se processam através cinco Expressões, a saber:

3.2.1 - Política

3.2.1.1 Conceituação

Dentro do conjunto da sociedade nacional, organizam-se historicamente meios que, em interação, têm as funções de interpretar os interesses e aspirações do Povo, identificando e estabelecendo os Objetivos Nacionais, cuja conquista e preservação orientam. Esses meios em interação, com funções tais constituem a forma pela qual a Nação se expressa politicamente; daí denominar-se a esse conjunto particular Expressão Política.

Expressão Política do Poder Nacional é a manifestação de natureza preponderantemente política do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

Os anseios e aspirações do Povo, mais ou menos difusos, processam-se na Expressão Política, transformando-se em objetivos articulados que, nas sociedades democráticas, retornam ao Povo, ou a seus representantes, sob a forma de propostas de normatividade, planos e projetos estatais ou decisões específicas. As ações ou omissões necessárias à conquista e preservação dos Objetivos Nacionais, transformadas em normas, projetos ou decisões, podem ser impostas coercitivamente pelo Estado, desde que em atendimento à Vontade Nacional. Eis uma característica específica da Expressão Política: é nela que se resolve a alocação coercitiva de valores (normas, parâmetros de decisão, decisões) considerados mais relevantes pelo Povo, podendo, para tanto, o Estado, como instituição da Nação, valer-se, legitimamente, da força de que dispõe.

Ao Estado soberano, máxima instituição da Expressão Política de um dado Poder Nacional, cabe exercer, em nome da Nação e sempre em benefício dela, titular que é da soberania, a coerção social. O Estado o faz através do desempenho de três funções básicas: a normativa, a administrativa e a jurisdicional. Contudo, o Estado, embora constitua o centro do processo decisório nacional, não esgota a Expressão Política da Nação: participam do processo de integração e expressão da Vontade Nacional outros componentes e interações que, conquanto se relacionem com a esfera estatal, a ela não pertencem. Nas sociedades democráticas, se o Estado detém uma parcela importante do Poder, não o detém todo, estabelecendo-se um contrapeso necessário para assegurar-se um regime de liberdade.

3.2.2 - Econômica;

3.2.2.1 Conceituação

Expressão Econômica do Poder Nacional é a manifestação de natureza preponderantemente econômica do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

A característica fundamental da Expressão Econômica do Poder Nacional consiste em acionar meios predominantemente econômicos, através dos quais o homem busca, não só satisfazer às necessidades vitais (alimentação, proteção e procriação), mas atender aos requisitos de bem-estar originados pelo evoluir constante da capacidade intelectual de que dispõe, tornando crescentes suas necessidades e, portanto, a demanda por consumo de bens e serviços.

Tais considerações não devem constituir enfoque materialista e limitador para a Expressão Econômica pois, embora voltada para o atendimento de requisitos de bem-estar, ela enfatiza o respeito aos pressupostos éticos como exigência do caminho para atingir os objetivos finalísticos do emprego do Poder Nacional.

Entre os aspectos mais característicos da Expressão Econômica do Poder Nacional, avulta a importância das inovações tecnológicas para a economia das Nações, modificando processos de produção e alterando demandas pelos fatores produtivos.

A história da humanidade, vista sob a lente da economia, constitui-se na luta para superar o problema da escassez de recursos em face de necessidades crescentes. No entanto, em razão das desigualdades entre produção e consumo, sempre se concentra nas mãos de determinados segmentos, desde indivíduos até Nações, um excedente não consumido que constitui a poupança, a qual deve reverter em investimentos para que haja aumento da produção.

Por isso, sem descurar dos aspectos éticos envolvidos no processo, a economia se preocupa com tarefas básicas, a partir do questionamento sobre o quê, quanto e como produzir e distribuir.

Para atender às necessidades e aspirações, consubstanciadas em Objetivos Nacionais, a sociedade enfrenta problemas diversificados e complexos, cabendo destacar os seguintes:

- aplicação eficiente e eficaz dos recursos produtivos;
- criação e aperfeiçoamento de instituições econômicas;
- melhoria da repartição da renda;
- elevação dos padrões de consumo e do bem-estar; e
- ampliação das oportunidades econômicas.

Entende-se, que o sistema econômico funciona melhor quando é capaz de, assegurando liberdade de escolha, suprir as necessidades humanas e atender às aspirações sociais, uma vez que este sistema deve estar orientado para o Bem Comum.

Na realização das tarefas econômicas, são necessárias vontade e capacidade para exercê-las. A vontade, como atitude racional, tem no homem o seu intérprete; a capacidade é proporcionada pelos meios de toda ordem que a Nação possui.

3.2.3 - Psicossocial;

3.2.3.1 Conceituação

A Expressão abrange pessoas, ideais, utopias, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, integrados num vasto complexo orientado para o alcance de objetivos sociais valiosos, situados no seu campo de interesse, ou além, que podem satisfazer às necessidades, interesses e aspirações da sociedade.

Expressão Psicossocial do Poder Nacional é a manifestação de natureza predominantemente psicológica e social do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

3.2.4 - Militar

3.2.4.1 Conceituação

A Expressão Militar do Poder Nacional tem no emprego da força ou na possibilidade de usá-la, a característica mais marcante. Manifesta-se, seja por efeito de desestimular possíveis ameaças, seja pela atuação violenta do Poder Nacional para neutralizá-las.

Expressão Militar do Poder Nacional é a manifestação de natureza preponderantemente militar do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

3.2.5 - Científica e Tecnológica.

3.2.5.1 Conceituação

A Expressão Científica e Tecnológica do Poder Nacional representa a manifestação deste Poder nos setores da ciência e da tecnologia. Engloba todas as atividades relacionadas à geração, disseminação e aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Compreende, essencialmente, os homens que atuam e meios que são utilizados naqueles setores, caracterizando a capacitação nacional em ciência e tecnologia.

Expressão Científica e Tecnológica do Poder Nacional é a manifestação preponderantemente científica e tecnológica do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

Para a análise das Expressões do Poder, estabelecem-se algumas categorias úteis à compreensão de seus elementos estruturais. Assim, temos: Fundamentos, Fatores, e, finalmente, Órgãos e Sistema. Incluem-se aqui não só elementos essenciais de cada expressão, como outros que, predominantemente de natureza diversa, produzem, por

seus comportamentos e ações, efeitos relevantes na Expressão**. (para completo conhecimento sobre as expressões do poder, consultar o manual básico da ESG, Vol II – Assuntos Específicos)**

O estudo do Poder Nacional em cinco Expressões (política, econômica, psicossocial, militar e científica-tecnológica) visa facilitar o trabalho de sua avaliação e, em consequência, de sua racional aplicação dentro de um processo de planejamento.

Neste tipo de análise, os Fundamentos do Poder Nacional manifestar-se-ão diferentemente em cada uma das Expressões. Assim, esses Fundamentos (**HOMEM – TERRA - INSTITUIÇÕES)** apresentam-se diferenciados conforme o seguinte quadro resumo:

PODER NACIONAL					
FUNDAMENTOS	EXPRESSÕES				
	POLÍTICA	ECONÔMICA	PSICOSSOCIAL	MILITAR	C & T
HOMEM	POVO	RECURSOS HUMANOS	PESSOA	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS HUMANOS
TERRA	TERRITÓRIO	RECURSOS NATURAIS	AMBIENTE	TERRITÓRIO	RECURSOS NATURAIS E MATERIAIS
NSTITUIÇÕES	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS	INSTITUIÇÕES SOCIAIS	INSTITUIÇÕES MILITARES	INSTITUIÇÕES C &T

Cada Expressão do Poder Nacional caracteriza-se por ser constituída, predominantemente, por elementos de uma mesma natureza.

Deve-se, no entanto, observar que:

- Uma Expressão do Poder Nacional, além de produzir efeitos em sua dimensão específica, causa normalmente reflexos nas demais Expressões.

- Uma Expressão do Poder Nacional pode ser constituída de elementos de qualquer natureza, embora nela predominem os que lhe são peculiares.

Considerando a unidade do Poder Nacional, é necessário ressaltar que cada Expressão, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela produção de efeitos prevalentes de uma certa natureza, não pode jamais ser considerada isoladamente.

Ressalta-se que, devido à característica finalística do Poder Nacional, qual seja, a de alcançar objetivos, e por ser a Expressão Política aquela que os fixa, esta Expressão sobressai entre as demais, podendo ocorrer, entretanto que, em função de situações conjunturais, qualquer uma das outras possa ocupar essa primazia, sem que o caráter de unidade seja perdido.

Enfim, analisando-se o Poder Nacional sob enfoque de suas manifestações (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica), constata-se a vantagem didática e, sobretudo, prática de admitir-se como categorias analíticas, diferentes Expressões do Poder Nacional, caracterizando-se cada qual pela prevalência dos **efeitos** a serem obtidos, em função dos elementos correspondentes à natureza de cada uma delas.

4. Óbices (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

Os Óbices, existentes ou potenciais, podem ser, ou não, de ordem material. Resultam, às vezes, de fenômenos naturais, como secas e inundações, outras vezes, de fatores sociais, como a fome, a pobreza e o analfabetismo, ou, ainda, da vontade humana.

Representam, em sua essência, condições estruturais ou conjunturais, podendo variar, também, em intensidade e na maneira como se manifestam.

Os óbices classificam-se em **Fatores Adversos e Antagonismos**.

Fatores Adversos são óbices que se interpõem aos esforços da sociedade ou do Governo para alcançar e preservar os Objetivos Nacionais.

Quando os Óbices assumem uma forma lesiva aos esforços da sociedade na conquista dos Objetivos Fundamentais, denominam-se Antagonismos.

Antagonismos são Óbices de toda ordem, internos ou externos, que se contrapõem ao alcance e à preservação dos Objetivos Fundamentais.

5. Estratégia Nacional (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

5.1 - Conceituação

Quando estudamos o emprego do Poder Nacional para alcançar os objetivos fixados pela Política Nacional, estaremos considerando todos os tipos de Óbices que se antepõem, em escalas tão significativas, quanto às parcelas de Poder empregadas. A Estratégia Nacional, tem os Objetivos Fundamentais como sua síntese.

Estratégia Nacional é a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os Óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional.

Como Óbices enfrentados pela Estratégia Nacional, incluem-se não somente os componentes do universo antagônico, externos e internos, como também Fatores Adversos, muitos deles, potencialmente geradores de Antagonismos; para enfrentá-los a Estratégia Nacional se vale dos Homens e dos Meios políticos, econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos que integram o Poder Nacional.

5.2 – Correlação com a Política Nacional

A Política e a Estratégia precisam ser coordenadas e ajustadas em todas as conjunturas, níveis e áreas de atuação, devendo estar harmonizadas entre si e com as reais necessidades e disponibilidades de meios, como condição básica para poderem alcançar os êxitos desejados. Muitos planos e programas fracassam por não atenderem a esse condicionamento.

A Política, ao identificar e definir objetivos, orienta os destinos da sociedade, organizando a ordem social e o Estado, estabelecendo a distinção entre os setores público e privado, e assegurando os direitos individuais. Preocupa-se, fundamentalmente, com a **evolução** e a sobrevivência da **Nação**, procurando atender aos interesses e aspirações nacionais.

Os **referenciais fixos da política são a justiça e a ética**, sem os quais a ordem social é destruída e a própria Nação se desagrega. Assim, a Política indicará **o que fazer.**

A Estratégia envolve uma forma de luta que emprega os meios do Poder para superar todos os obstáculos que se antepõem aos supremos interesses da sociedade. Nesse sentido, sua diretriz permanente é a **eficácia**, isto é, o compromisso com a consecução dos objetivos estabelecidos pela Política, sem descurar, no entanto, da **eficiência**, ou seja, da obtenção do rendimento máximo dos meios disponíveis. **Princípio Estratégico da Eficácia: Os meios devem ser aplicados no momento oportuno, no valor e no local exatos em que poderão produzir, da melhor forma, os efeitos desejados.**

O modo de empregar o Poder, o **como fazer**, que é característico da Estratégia, tem seu campo de ação limitado por uma **orientação política que subordina o princípio estratégico da eficácia aos postulados éticos da Política.**

Por sua vez, a Política deve conhecer as necessidades da Estratégia. Quando os meios forem insuficientes ou inadequados, cabe à Política orientar a obtenção de outros meios ou formular objetivos mais modestos.

6. Estratégia de Estado e Estratégia de Governo (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

6.1 - Estratégia de Estado

A Superação de Óbices que possam comprometer a consecução e manutenção de objetivos de alta relevância para a vida da Nação e que compõem as Políticas de Estado deve ser fator prioritário dos governos, uma vez que têm a responsabilidade do emprego do Poder Estatal que lhe é delegado. Nesse mister os governantes têm que ser seletivos e atribuir prioridades com eficácia e, acima de tudo sem compromisso com resultados imediatos. A escolha de sua trajetória estratégica poderá transformá-los em autênticos e reconhecidos estadistas.

Estratégia de Estado é a forma como o Governo prepara e aplica o Poder Estatal para, superando Óbices de alta relevância, alcançar e preservar os Objetivos de Estado de acordo com a orientação estabelecida pela Política de Estado.

6.2 - Estratégia de Governo

Em nível governamental, são também considerados os elementos básicos (meios, óbices, e fins a atingir) e os fatores condicionantes (espaço e tempo) da Estratégia. Da inter-relação desses fatores e elementos e considerada a orientação estabelecida pela Política de Governo, quanto aos prazos e às prioridades de aplicação dos meios, serão estabelecidas as Estratégias mais adequadas para que sejam conquistados e mantidos os respectivos Objetivos.

Estratégia de Governo é a forma como o Governo prepara e aplica o Poder Nacional para, superando Óbices, alcançar e preservar seus Objetivos, de acordo com a orientação estabelecida pela Política de Governo.

As Estratégias de Governo devem ser estabelecidas levando-se em conta a superação de Óbices que permitem o atendimento imediato de necessidades e aspirações nacionais.

Ass 2. PRINCIPAIS PENSADORES (03 hora)

Objetivo específico:

I-3 - Apresentar os aspectos relevantes do pensamento estratégico e a formulação conceitual dos principais pensadores da estratégia.

a. Precursores:

1. Sun Tzu (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

1.1 Síntese biográfica e cenários

Nasceu e viveu no período de 453 a 221 AC, na época dos “Reinos Combatentes”, quando a China possuía forças regulares comandadas por profissionais e as guerras buscavam o expansionismo territorial.

É possível que SUN TZU tenha comandado o exército do Rei Holu, no Estado de Wu.

A sua principal obra é "A Arte da Guerra" (400 a 320 AC), pulverizada em treze capítulos. É um dos precursores dos princípios da arte da guerra.

1.2 Síntese do pensamento político-estratégico

O Comandante de exército, filósofo e pensador chinês, que viveu num cenário de quatro séculos antes da era cristã, estabeleceu princípios e fundamentos que ultrapassaram os tempos e, hodiernamente, são estudados e aplicados nas diversas expressões do Poder.

A síntese de seus princípios, traduzida no seu livro "A Arte da Guerra", transmitem conhecimentos fundamentais para a preparação e a condução da guerra nos seus múltiplos aspectos.

Especificamente, no campo político-estratégico as colaborações de Sun Tzu são mais intensas quanto à expressão militar sem, no entanto, deixar de realizar considerações fundamentadas para as demais expressões.

De sua época manteve o entendimento de Estratégia como a "Arte do General" e deixa transparecer uma tênue e mútua dependência entre a Guerra e o Poder.

Estimulou a disciplina do general em relação ao soberano, cuja transcendência abrange a paz e a guerra, refletindo uma subordinação democrática da expressão militar em relação ao Chefe de Estado.

Ao escrever sobre o vínculo do Poder com a Guerra, remete esta à população, estabelecendo um elo importante para a consecução dos objetivos definidos pela Política e daí visualizava a tendência de um exército nacional, no tocante à mobilização e que, mais tarde, viria a se consagrar na França.

Ao salientar que o Estado deve ser forte o faz, com a ideia de proporcionar-lhe condições de dissuasão, conceito este ainda perene entre os Estados modernos.

Foi prático, realista e profissional, afirmando que as coisas da guerra deveriam ficar com o Chefe Militar, não devendo ocorrer ingerências do soberano. A evolução da dimensão estratégica nem sempre testemunhou tal assertiva.

Sua posição em relação ao não cumprimento eventual de ordens do soberano, suscita ilações, embora bastante compreensível a ideia para o cenário considerado, em virtude da distância física entre a batalha e o poder e a consequente dificuldade de comunicação. Atualmente, tal procedimento tende a existir quando, consensual e legitimamente, as expressões do poder aceitem que a desobediência vá resultar na preservação dos mais altos valores da Nação.

Apologista do método da ação indireta para o emprego de forças militares, enaltece também a estratégia da aliança, ambos de grande aplicação estratégica nos dias atuais por quase todos os países do mundo.

Idealista, estabeleceu também conceitos estratégicos voltados para as expressões econômicas e psicossociais, buscando preservar o Homem e o Estado, quando em guerra.

Define, magnificamente, os princípios de guerra de massa e de economia de forças, estudados e aplicados por estrategistas de todos os tempos.

Genial e criativo exalta e orienta o emprego da rapidez, da dissimulação e da "malícia" na aplicação da estratégia indireta.

Comandante Militar que foi, apresenta conceituações fundamentais sobre o inimigo e o terreno, essenciais para o estudo da tática e da estratégia, permanecendo imutáveis até os dias atuais.

Encerrando a síntese do pensamento político-estratégico de Sun Tzu, conclui-se pela abundância de ensinamentos deixados, particularmente, nos aspectos:

- da relação, subordinação e dependência entre a Estratégia, a Política e o Poder;
- da ação indireta como método de aplicação da Estratégia Militar;
- da ação indireta como método de aplicação da Estratégia Nacional; e
- da necessidade de uma preparação da Expressão Militar na paz para enfrentar em melhores condições a guerra.

2. Antoine Henri Jomini (1779-1869) (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

2.1 Introdução

Dois nomes, no século XIX, notabilizaram-se como os maiores pensadores militares de sua época: Clausewitz e Jomini.

O primeiro preocupou-se mais com os aspectos políticos-filosóficos da guerra e s relações de causa e efeito.

O segundo, mais prático e objetivo, buscou a sistematização da guerra em três níveis: estratégico, operacional e logístico.

Ainda jovem, servindo ao Estado-Maior de Napoleão, viveu e observou de perto suas campanhas militares, daí absorvendo valiosos ensinamentos de cunho prático, os quais, somados aos seus estudos sobre a teoria da guerra e das operações militares de Frederico da Prússia e da Revolução Francesa, capacitaram-no a produzir vasta obra, que contém conceitos que permaneceram válidos até as primeiras décadas do século XX.

Entre suas obras mais notáveis estão: "Traité de Grandes Operations Militaires" (1804 a 1816) e "Précis de l'Art de la Guerre" (1838).

A última representa sua obra conclusiva, síntese das demais e traduzida para vários idiomas. Dela foram retiradas, pelo Cel Amerino Raposo Filho (Dimensões da Estratégia), as principais ideias de Jomini sobre a compreensão teórico-doutrinária da guerra, seu relacionamento com a política e sua compreensão sobre o fenômeno estratégico, que aqui iremos sintetizar.

2.2 Teoria e doutrina

Acreditava Jomini que os princípios da estratégia permaneciam imutáveis, mas que esses princípios nunca tinham sido escritos.

Procurou mostrar que os ensaios doutrinários de Frederico II e Mirabeau eram incompletos, pois abordavam apenas uma face do problema, não considerando o aspecto estratégico da batalha.

Estudando a batalha de Leuthen e a campanha de Napoleão na Itália, percebeu que o segredo consistia em uma manobra simples, com emprego da maioria de meios (grosso) sobre uma das alas do exército adversário.

E daí veio a ideia que "aplicando, por meio da estratégia, ao conjunto do tabuleiro da guerra, esse mesmo princípio que Frederico empregou nas batalhas, se deveria ter a chave de toda a ciência da guerra".

Neste raciocínio está embutida a ideia de emprego da massa no ponto de menor resistência do inimigo, com o objetivo de desequilibrá-lo.

De seus estudos sobre os aspectos teórico-doutrinários da guerra, Jomini concluiu:

- "existe um pequeno número de princípios fundamentais de guerra dos quais não se pode desviar sem perigo, e cuja aplicação, ao contrário, tem sido em quase todos os tempos coroada de sucesso";
- as máximas de aplicação, que derivam desses princípios, são também em pequeno número e, se elas se acham algumas vezes modificadas segundo as circunstâncias, podem servir como bússola a um comandante de exército para orientá-lo na tarefa, sempre difícil e complicada, de conduzir grandes operações no meio da desordem e do tumulto dos combates;
- o gênio natural saberá, sem dúvida, por felizes inspirações, aplicar os princípios, tanto quanto poderia fazer a teoria mais bem estudada; mas uma teoria simples, desembaraçada de todo o pedantismo, remontando às causas sem produzir sistemas absolutos, baseada numa palavra, em algumas máximas fundamentais, umas vezes suprirá o gênio...;
- de todas as teorias sobre a arte da guerra, a única razoável é aquela que, fundamentada no estudo da história militar, admite um certo número de princípios reguladores, mas deixa ao gênio natural a maior parte da conduta de uma guerra, sem tolhê-la com regras exclusivas;
- ao contrário, nada é mais apropriado para liquidar o gênio natural e fazer triunfar o erro do que essas teorias pedantes, baseadas na fácil ideia de que a guerra é uma ciência positiva, cujas operações podem ser reduzidas a cálculos infalíveis";

Jomini enfatiza ainda que "não será" a leitura de um simples capítulo de princípios que dará, de imediato, o talento para conduzir um exército, pois como em todas as artes o "saber" e o "saber fazer" são coisas bastante diferentes.

2.3 Política e guerra

No que se refere à política em relação à guerra, Jomini nos diz que ao estadista cabe formular, através da política, o objetivo da guerra. Aponta seis espécies de guerra, nas quais o estado pode ser envolvido:

- guerra para reivindicar direitos ou defendê-los;
- guerra para proteger ou manter grandes interesses;
- guerra para manter o equilíbrio do poder;
- guerra para propagar, destruir ou defender teorias políticas ou religiosas;
- guerra para aumentar a influência ou o poder do estado por aquisição de território;
- guerra para satisfazer mania de conquista.

A conceituação dessas espécies de guerra possibilita uma base para a configuração global da Estratégia Geral ou Nacional e da Estratégia Militar, porque a Política de Guerra formulada a nível Chefe de Estado vai dizer a razão pela qual o Estado está indo à guerra.

Esta conceituação, das espécies de guerra, nos indica, ainda, quais as dimensões do que modernamente entendemos como expressões do poder nacional e irá representar a essência do pensamento estratégico.

2.4 Logística

Jomini estuda, também, a logística, entendida na época como "a arte prática de movimentar os exércitos".

A logística deixa de referir-se apenas às minúcias das marchas e estacionamentos, ganhando maior abrangência.

Relaciona todos os aspectos que julga importantes para organizar o movimento de um exército:

- estudos, planos e ordens para cada caso da campanha;
- preparação dos deslocamentos;
- informações sobre o inimigo e levantamento de suas possibilidades;
- segurança das operações e instalações.

2.5 Estratégia

O estudo das campanhas de Napoleão fez com que Jomini concluísse que a concentração de forças no ponto decisivo, visando à batalha principal, seja o foco da estratégia e das manobras táticas.

Nisto concordava com Clausewitz, e ambos achavam que a aplicação desse postulado seria função da iniciativa e da surpresa.

Analisa a política militar "que compreende as considerações políticas, relativas às operações dos exércitos, que não pertencem nem à diplomacia, nem à estratégia e nem à tática". Estão neste bojo observações sobre: a geografia militar, as instituições militares, dados estatísticos, espírito militar, moral da tropa, características dos comandantes inimigos.

Jomini define, também, Teatro de Guerra como "todo território sobre o qual duas potências podem atacar uma à outra, quer esse território pertença a elas, ou a seus aliados, quer a estados mais fracos, que podem ser arrastados à guerra por medo ou interesse".

Lança, ainda, as bases do que hoje seria um levantamento prospectivo, analisando os novos armamentos e as modificações consequentes na organização dos exércitos e no emprego tático.

Deste modo, observa que "os meios de destruição estão se aproximando da perfeição com assustadora rapidez". Estas observações foram feitas em virtude das inovações tecnológicas e táticas que surgiam na época, levando à previsão da necessidade de limitar os meios de guerra através de "leis internacionais".

No seu ponto de vista a estratégia permanece inalterada desde a antiguidade.

"A Estratégia é a arte de fazer a guerra pela carta, compreendendo o conjunto do TO".

A Grande Tática é a arte de dispor no campo de batalha, conforme as características do terreno, de pô-las em ação, de combater no terreno, o que a distingue do planejamento na carta".

A logística compreende os processos e medidas que permitem a execução dos planos da estratégia e da tática. "A ESTRATÉGIA DECIDE ONDE AGIR, A LOGÍSTICA LEVA A TROPA A ESTE PONTO E A GRANDE TÁTICA DECIDE O MODO DE EXECUÇÃO E EMPREGO DAS TROPAS."

Para Jomini a Estratégia compreende:

- definição do teatro de guerra e das diferentes combinações que esta oferece;
- a determinação dos pontos decisivos que resultam dessas combinações é a direção mais provável para as operações;
- a escolha e o estabelecimento de base fixa e da zona de operações;
- a determinação do ponto objetivo, seja ofensivo seja defensivo;
- as frentes estratégicas, linhas de defesa e frentes de operações;

- a escolha de linhas de operações que conduzem ao ponto-objetivo ou à frente estratégica;
- para uma determinada operação, a melhor linha estratégica e as diferentes manobras necessárias, que considerem todos os casos possíveis;
- as bases de operações eventuais e as reservas estratégicas;
- as marchas dos exércitos consideradas como manobras;
- as relações entre as posições de depósitos e marchas do exército;
- as fortalezas consideradas como meios estratégicos, como refúgio para um exército ou como um obstáculo à sua progressão; os cercos a fazer e a cobrir;
- os pontos para campos entrincheirados, as cabeças de ponte, etc.;
- as diversões a serem feitas e os grandes destacamentos necessários.

O "princípio fundamental da guerra constante de todas as operações militares", é apresentado através de quatro máximas, que revelam a mecânica de uma manobra estratégica:

- "levar, por combinações estratégicas, o grosso das forças de um exército, sucessivamente, sobre os pontos decisivos dum teatro de guerra, e tanto quanto possível sobre as linhas de comunicações do inimigo, sem comprometer as suas próprias;
- manobrar para engajar esse grosso das forças contra apenas frações do exército inimigo;
- na batalha, dirigir o grosso das forças sobre o ponto decisivo ou sobre a parte da linha inimiga que importa destruir;
- arranjar as coisas de tal modo que essas massas não estejam somente presentes sobre o ponto decisivo, mas que sejam aí postas em ação no momento oportuno e com ampla energia."

Portanto, para Jomini, a "base estratégica" era "a arte de dar a direção apropriada às massas", mas enfatiza que isto não é tudo, havendo necessidade de talento executivo, habilidade, energia e perfeita compreensão dos acontecimentos.

Diferenciando a Estratégia da Tática, define: "A Estratégia é a arte de levar a maior parte das forças de um Exército sobre o ponto importante do teatro de guerra ou zona de operações. A Tática é a arte de empregar essas massas sobre os pontos sobre os quais devem ser conduzidas as marchas bem concebidas e preparadas; em resumo, é a arte de fazê-las atuar no momento e no ponto decisivo do campo de batalha."

Jomini foi ainda o primeiro pensador militar a escrever sobre "operações de desembarque", baseado nas observações colhidas nos preparativos feitos por Napoleão para invadir a Inglaterra (1803 a 1805).

Assim, tece considerações surpreendentes sobre pontos de desembarque, condições atmosféricas e do mar, transporte da tropa para a praia, emprego da artilharia, defesa da cabeça-de-praia, conquista de portos para apoio às operações, entre outras.

2.6 Conclusão

Pelo exposto, conclui-se que Jomini foi um homem à frente de sua época e, como já afirmamos, forma com Clausewitz a dupla de pensadores militares mais surpreendente e notável do século passado.

Embora menos conhecido que seu contemporâneo, foi certamente, por sua objetividade na codificação dos diversos aspectos da guerra, de grande utilidade àqueles que tiveram de cumprir a difícil missão de comandar exércitos em luta.

3. Clausewitz (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

3.1 Introdução

Carl Von Clausewitz foi um dos escritores militares menos compreendidos da história. Pregava a primazia da política em contraposição ao militarismo. Seu pensamento influenciou as doutrinas militares dos séculos XIX e XX. Em particular, nos Estados Unidos o interesse por sua obra ganhou corpo após a guerra da Coreia, quando o Gen Mac Arthur passou a estudar dois problemas que o autor havia analisado com profundidade; o relacionamento entre civis e militares na condução de uma guerra e a condução da guerra com objetivos limitados, isto é, com objetivo menor que a destruição total do inimigo.

3.2 Clausewitz e sua obra

Clausewitz nasceu em 1780. Escritor e soldado prussiano, serviu na campanha do Reno de 1793 a 1794. Entrou para a Academia de Berlim em 1801 onde estudou Kant. Aí atraiu a atenção de Scharnhorst, a quem mais tarde ajudou a reformar o exército prussiano. Foi capturado durante a campanha de Iena, em 1806, contra as forças de Napoleão. Em 1812, quando a Prússia se viu forçada a uma aliança com a França, passa a integrar o exército Russo. No período em que serviu nesse exército, desempenhou importante papel nas campanhas de Moscovo, de 1812 a 1813, combatendo contra as tropas napoleônicas. Ao reintegrar-se no serviço Prussiano, tornou-se chefe do estado-maior do corpo militar de Thielmann's em Ligny. De 1818 a 1830, foi diretor da Academia Militar de Berlim.

Era mais um filósofo do que um soldado, e sua fama perdura no livro "Da Guerra", sendo esse seu legado mais significativo. Sua obra tornou-se a base da teoria moderna da guerra, condição que mantém até os dias atuais. Clausewitz morreu em 1831. "Da Guerra" foi publicado postumamente por sua mulher em 1832. Seu maior mérito foi apresentar uma visão filosófica e abstrata da guerra, considerando-a um instrumento da política e totalmente subordinada à ela.

Clausewitz tratava as questões dialeticamente, evitando afirmativas categóricas e qualquer tendência para o pragmatismo. Somente pronunciava suas próprias opiniões e convicções sobre o assunto após discuti-las detalhadamente. Sua obra "Da Guerra" é caracterizada por três elementos: é um trabalho filosófico, por resultar do processo dialético de pensamento e exame do assunto; é um trabalho político, na medida em que não estuda a guerra como um fenômeno isolado, mas sempre como um instrumento da política e é um trabalho científico militar, uma vez que examina as questões fundamentais da guerra.

As ideias de Clausewitz sobre as relações entre a guerra e a política são a parte mais importante e significativa do trabalho. Considerando a guerra em sua dimensão nacional rejeitava a teoria mecanicista da guerra, uma vez que não admitia um ambiente de soldados mercenários que se combatiam uns aos outros, enquanto a burguesia cuidava de seus negócios da mesma forma que nos tempos de paz. A guerra deveria ser nacional para que todo o esforço de uma nação fosse mobilizado ao serviço do objetivo militar.

Uma das críticas apresentadas contra Clausewitz é que ele teria ignorado a ética, por não discutir as causas da guerra e por não questionar as políticas que conduzem à guerra. A moralidade de fazer a guerra era, para ele, uma questão de ética política, não dizendo respeito à teoria de guerra.

3.3 Pensamento político-estratégico

3.3.1 Natureza da guerra

Clausewitz compara a guerra a um duelo, no qual o objetivo imediato de um oponente é derrotar o outro pelo uso da força física. “A guerra é um ato de violência destinado a forçar o inimigo a submeter-se à nossa vontade”. A violência (força) é portanto um meio da guerra; impor nossa vontade ao inimigo é seu propósito. Para garantir tal propósito é necessário deixar o inimigo impotente, e este é o objetivo da guerra. Observa-se uma distinção clara entre o propósito político (impor nossa vontade) e o objetivo da guerra (deixar o inimigo impotente).

3.3.2 Guerra absoluta e guerra real

Segundo Clausewitz, a guerra é “um ato de força e não há limite lógico à aplicação dessa força”. Não se trata da “aplicação de uma força contra uma massa inerte (a complacência total não caracterizaria uma guerra), mas sempre o choque de duas forças vivas”. Nenhum dos lados tem pleno controle de suas ações, já que cada oponente força o outro e, na medida em que esse tenta superar aquele, seus esforços vão escalando. “Um choque de forças operando livremente e obedecendo unicamente a sua própria lei” acaba por atingir um extremo, a guerra absoluta, que é a violência absoluta, culminando na destruição total de um lado pelo outro.

Porém, uma determinada guerra não pretende a derrota total do inimigo, mas uma meta mais modesta. Nem mesmo a teoria requer que se escale até os extremos. A violência continua a ser a essência, a ideia reguladora, mesmo para guerras limitadas, com fins limitados. Esta é a guerra real, a que ocorre condicionada pela política e dentro da realidade da vida. Nesses casos, a essência da guerra não requer sua expressão máxima. O conceito de guerra absoluta e o conceito da guerra limitada formam juntos a natureza dual da guerra.

Apesar da guerra absoluta jamais ocorrer, certas tentativas de tribos primitivas em eliminar tribos rivais, aproximaram-se delas. Se transposto o conceito para os nossos dias, a guerra absoluta seria a guerra total e a sua máxima e final manifestação seria a guerra nuclear.

3.3.3 A guerra é a continuação da política por outros meios

Clausewitz considera a política como a ação representativa de todos os interesses da comunidade. Em sua visão, o processo político representava todos os interesses humanos, harmonizando-os entre si e aos seus conflitos, tanto no campo doméstico como no da política externa. Daí o seu entendimento de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Clausewitz aceita que o general tenha o direito de pleitear que os rumos da política sejam consistentes com os meios que lhe são colocadas à disposição, mas não poderá nunca fazer mais do que limitar o objetivo político.

“O objetivo político é a meta, a guerra é o meio de chegar até ela, e os meios não podem jamais ser considerados isoladamente dos propósitos”. Bastante afetado por sua experiência pessoal, Clausewitz rejeitava a influência dos militares sobre a formulação da linha de ação política e não aceitava deixar a decisão da paz e da guerra nas mãos dos militares. Política, para Clausewitz, refere-se, portanto, aos atos políticos que levam à guerra, determinam o seu propósito, influenciam sua conduta e preparam sua terminação.

3.3.4 A racionalidade da guerra

O uso da violência deve traduzir o propósito político e fazê-lo de maneira racional e utilitária. Ele não deve tomar o lugar do propósito político e nem obliterá-lo. Consequentemente a liderança política deve exercer o controle supremo e dirigir a condução da guerra. Deve evitar exigir o impossível e deve colaborar com os chefes militares no desenvolvimento de uma política global.

Porque a guerra é a continuação da política, *“não pode existir nenhum problema em uma grande questão estratégica, cuja avaliação seja exclusivamente militar e nem um esquema puramente militar para resolvê-lo. Se o propósito político assim o requer, as forças armadas têm que resignar-se com uma mobilização parcial de recursos e com resultados limitados; por outro lado, devem estar preparadas para o sacrifício e nem a sociedade e nem o governo devem considerar tal sacrifício como além de sua missão, caso isso seja uma expressão da política racional”.*

Numa guerra, hoje chamada de generalizada, é mínimo o conflito entre o propósito político e o objetivo militar, o mesmo não ocorrendo em uma guerra limitada. A racionalidade da guerra consiste no primado da política. Caso essa perca a primazia aquela se torna irracional.

3.3.5 A tríade estratégica

Segundo Clausewitz, a guerra é travada por uma “tríade extraordinária” composta de governo, forças armadas e povo. O governo estabelece o objetivo político, as forças armadas propiciam os meios para se alcançar tal objetivo e o povo proporciona a vontade - motor da guerra. Todos os três são componentes indispensáveis da tríade estratégica de Clausewitz.

Uma teoria que ignorasse qualquer um desses três elementos ou que procurasse fixar um relacionamento arbitrário entre eles entraria de tal maneira em conflito com a realidade que só por esse motivo se tornaria inteiramente inútil. Exemplo notável foi o envolvimento dos Estados Unidos no conflito do Vietnã, confrontando a opinião pública da nação. Acabou não tendo como prosseguir, uma vez que o Congresso, pressionado pelo clamor público, cancelou as verbas destinadas ao custeio da guerra.

3.3.6 Uso limitado da força

Clausewitz analisa ainda porque algumas guerras são e devem ser limitadas em duração e objetivo, tanto quanto em intensidade e meios. “Desde que a guerra não é um ato de paixão insensata, mas controlada por seu propósito político, o valor desse deve determinar os sacrifícios a serem feitos para sua conquista em magnitude e também em duração. Uma vez que o dispêndio de esforços exceda o valor do propósito político, este deve ser renunciado, seguindo-se a paz”. O comandante que prefere qualquer estratégia outra que não a destruição das forças inimigas “deve, primeiro, assegurar-se de que seu oponente não adotará o combate como forma de solucionar o problema ou de que não terá o veredicto condenatório (opinião pública), caso o faça”.

3.3.7 Gênio militar

Para facilitar sua análise, Clausewitz desenvolveu determinados conceitos dentre os quais o mais abrangente é o do gênio militar. Considerava que “qualquer atividade complexa, para ser conduzida com algum grau de virtuosidade, requer dons apropriados de intelecto e temperamento. Se forem notáveis e revelarem-se em feitos excepcionais, o seu possuidor é chamado de gênio”.

Ele identifica o gênio militar como “a mente inquisitiva em lugar da criadora, a abordagem abrangente em lugar da especializada, a cabeça calma em lugar da excitável”.

O sucesso do gênio reside em saber quando quebrar as regras.

3.3.8 A fricção

Outro importante conceito desenvolvido por Clausewitz foi o da fricção. “*A fricção é o único conceito que mais ou menos corresponde aos fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel. A máquina militar é basicamente muito simples e, portanto, fácil de manejar. Mas devemos ter em mente que nenhum de seus componentes consiste de uma*

peça única: cada parte é composta de indivíduos, cada um dos quais retém seu próprio potencial de fricção.... um batalhão é composto de indivíduos, o menos importante dos quais pode acontecer de atrasar coisas ou, de alguma forma, fazê-las dar errado. Os perigos inseparáveis da guerra e as exigências físicas que ela impõe agravam o problema..."

"Essa tremenda fricção, que não pode, como na mecânica, ser reduzida a uns poucos pontos, está em contato com o acaso em todo lugar e produz efeitos que não podem ser medidos. Um, por exemplo, é a meteorologia. A cerração pode impedir que o inimigo seja avistado a tempo, um canhão de atirar quando devia, uma informação de chegar até o comandante".

"A ação na guerra é como um movimento em um elemento resistente. Da mesma forma que o mais simples e natural dos movimentos, o andar, não pode ser conduzido com facilidade dentro d'água, na guerra, é difícil que esforços normais alcancem sequer resultados moderados".

"A fricção, como resolvemos chamá-la, é a força que torna tão difícil o que é aparentemente fácil". Pelo menos até certo ponto a inteligência e a determinação podem superar a fricção, podendo ainda explorar o acaso e transformar o imprevisível em um trunfo.

3.3.9 Guerra: ciência ou arte?

Clausewitz considerava que os estudos até então existentes sobre a guerra limitavam demais as ideias, isto é, não levavam em conta suas "infinitas complexidades" , além de se restringirem "apenas a problemas físicos e atividades unilaterais".

Seu entendimento é o de que se deveria ter em mente que, na guerra, "tudo é incerto e os cálculos têm que ser feitos com quantidades variáveis". Para ele a conduta da guerra é muito mais uma arte do que uma ciência e "não pode haver uma formulação suficientemente genérica para merecer o nome de lei".

3.3.10 Centro de gravidade

"O propósito da guerra deveria ser aquele que o seu próprio conceito encerra - derrotar o inimigo". Entretanto, para derrotá-lo pode não ser necessário destruí-lo. O que é preciso é quebrar a sua vontade de lutar. Para tanto, deve-se ter em mente as caraterísticas dominantes de ambos os beligerantes. A partir dessas características desenvolve-se um certo centro de gravidade, eixo de todo o poder e movimento do qual tudo depende. "Esse é o ponto contra o qual todas as nossa energias deveriam ser dirigidas".

É fundamental, portanto, identificar o centro de gravidade do inimigo. Pode ser seu exército, sua marinha, sua capital, seu aliado, etc. A tomada da capital do inimigo pode, por vezes, ser mais significativa do que destruir seu exército e, se for o caso do inimigo possuir um aliado mais forte do que ele próprio, os objetivos podem ser melhor alcançados num confronto contra esse aliado do que com a parte mais fraca. "Se podemos vencer nossos inimigos por meio da derrota de um deles, essa derrota deve ser o nosso principal objetivo de guerra".

Deve-se considerar, "a priori", se é possível derrotar o inimigo. Para tanto serão necessárias forças adequadas para garantir uma vitória decisiva sobre o inimigo e, também, a exploração dessa vitória "até o ponto em que o balanço não possa mais ser revertido". Clausewitz enfatizou a importância de se adquirir e se manter o "momento" (alavanca).

Os conceitos apresentados com relação ao centro de gravidade valorizam os princípios da massa e da economia de meios.

3.3.11 Defensiva e ofensiva

Clausewitz considerava que a defesa é uma forma mais vigorosa de combate do que o ataque, pois é "mais fácil manter do que conquistar o terreno. Defender é mais fácil do que atacar, se ambos os lados possuem meios iguais".

Cumpre destacar que a concepção de Clausewitz não coloca a defesa numa situação meramente passiva, pois valoriza as ações dinâmicas da defesa, principalmente o contra-ataque: a forma defensiva de guerra não é a de um simples escudo, mas, sim, um escudo constituído de golpes bem dirigidos.

Mesmo quando o único objetivo da guerra é o de manter o "status quo" continua válido que tão somente aparar o golpe contraria a natureza essencial da guerra, que certamente não consiste meramente em resistir.

Por outro lado, Clausewitz considerava uma contradição a própria ideia da guerra admitir a defesa como seu objetivo final, aceitando seu emprego somente quando se encontrasse em inferioridade de meios, devendo abandonar a postura defensiva tão logo se esteja forte o suficiente para adotar um objetivo positivo (ofensiva).

Segundo Clausewitz: "A partir do momento em que o defensor obtém uma vantagem importante, a defesa desempenhou o seu papel", chegando o momento da "poderosa transição para a ofensiva".

3.4 Conclusão

O pensamento político-estratégico de Clausewitz marcou profundamente a mentalidade militar Ocidental nos séculos XIX e XX. Sua influência foi tão decisiva, que motivou Lenine, durante o seu período no exílio, a dedicar-se profundamente à pesquisar sua obra, adaptando-a aos conceitos revolucionários que viabilizaram a implantação da revolução Russa.

Por se tratar de uma obra inacabada, em virtude do falecimento prematuro do autor, surgiram várias interpretações do seu pensamento político-estratégico, sugerindo uma necessária cautela aos que pretenderem estudá-lo com profundidade.

No momento em que nos encontramos envolvidos na dinâmica da revolução do conhecimento, impõe-se o desafio de avaliarmos se as ideias de Clausewitz farão parte ativa das concepções dos exércitos do século XXI, ou se comporão, definitivamente, capítulos ultrapassados da história militar.

4. Maquiavel (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

4.1 Síntese biográfica e cenários

Nasceu em Florença, na Itália, em 1469, em pleno início do Renascimento.

Ingressou no serviço público como escrivão e foi secretário de Chancelaria da República Florentina. Daí ser citado também como o Secretário Florentino.

Desempenhou o papel de encarregado de missões no estrangeiro, o que lhe permitiu, graças à sua inteligência aguda e ao seu poder de observação, angariar experiência sobre as relações entre os povos.

São de sua autoria os trabalhos "Modo Che Tenne Il Duca Valentino Per Ammazar Vitelozzo Vitelli", "Discorso Sulla Provisione Del Danaro", "Decennali", "Ritratti Delle Cose di Francia", a comédia "Le Maschere" e "O Príncipe", escrito quando no exílio, em 1512, por ter sido banido com a queda do regime republicano de Florença. Até 1527, quando veio a falecer, publicou ainda os trabalhos "Discorsi Sopra La Prima Deca Di Tito Lívio",

"Arte Della Guerra", "Vita Di Castruccio", " La Mandragora", "Belgafor" e "Historie Fiorentine", para alguns, esta última a sua melhor obra.

Foi por duas vezes embaixador à Corte de Roma e por três vezes à de França.

4.2 Síntese do pensamento político-estratégico

O pensamento político-estratégico de Maquiavel pode ser sintetizado em quatro premissas básicas:

- fortalecimento do Estado;
- definição clara de objetivos;
- aplicação violenta e inescrupulosa dos meios; e
- aplicação dos meios, subordinada à vontade do Estado.
- ao afirmar que "nenhuma Província pode estar segura e feliz a menos que faça parte de uma República ou de um Reino", Maquiavel preconizava a criação do Estado-Nação, como forma de conjugar esforços, aumentando o Poder do Estado, através da mobilização das mentes na busca de objetivos realmente nacionais, justificando sua teoria pela necessidade que o Estado tem de se expandir e desenvolver sob pena de arruinar-se. Na busca do fortalecimento do Estado, não escondia sua preferência pelo absolutismo e afirmava ser o Estado, "um fim em si mesmo".

Fortalecido o Estado e a vontade política, o governante tinha como obrigação, na visão de Maquiavel, "manter o poder e a segurança do país", não devendo hesitar em adotar qualquer meio para atingir o seu objetivo. Maquiavel preconizava a relação de dependência e subordinação do "como fazer" ao "o que fazer" e sobretudo da vontade política de fazer, deixando clara a importância da definição, a priori, do objetivo político, considerando-o o farol a indicar os rumos das ações subsequentes Sem dúvida estava definida a Política como hoje a interpretamos - definidora de rumos e estipuladora de objetivos a nível nacional.

O senso estratégico de Maquiavel se manifesta quando ele trata da aplicação do Poder do Estado para atingir os objetivos definidos, os propósitos do Estado. No que tange ao Poder Militar e à Guerra, considerava-os de forma abrangente e como fator decisivo na configuração da Política, usando-a como maio para atingir o fim, o que fica claro quando afirma: "deve-se fazer a guerra para garantir a paz e nunca perturbar a paz para ter a guerra".

Pregava Maquiavel que, coerente com o sentido de Estado-Nação, o exército tinha que estar imbuído do seu caráter nacional, criando o sentimento de Nação Armada, apta a defender-se das ameaças e aplicar a sua vontade para atingir seus propósitos, mudando o relacionamento desta com a Política do Estado. Entendia, portanto, a guerra como responsabilidade do Estado na garantia da sua integridade e soberania, para o que preconizava não a aplicação dos meios existentes, mas dos necessários à sua eficácia e consecução da vitória, sem regras fixas ou códigos preestabelecidos.

Justificando, citava o rei da França: "Examinando as vitórias e as derrotas do rei da França, vereis que ele venceu os italianos e os espanhóis, cujos exércitos eram semelhantes aos seus. Mas agora que ele tem estado lutando contra nações armadas, como os suíços e os ingleses, só tem perdido, e está o perigo de logo não ter mais o que perder".

Mas é na forma de aplicar os meios que Maquiavel se caracteriza como estrategista determinado, resoluto e implacável, ao afirmar que "um príncipe deve ser raposa para conhecer os laços e armadilhas e leão para aterrorizar os lobos" ou "em política se devem ter mais em conta os resultados em si, do que os meios pelos quais eles foram obtidos"

ou, ainda, “é a vitória e não o método de lográ-la, que confere glória ao vencedor”. Com esses pensamentos, Maquiavel definia a perseguição e consecução dos objetivos, sem preocupar-se com o lado ético da questão, já que nenhuma lei moral podia limitar a autoridade do governante. O soberano precisava ter duas caras e mostrar aquela mais apropriada à ocasião, pois: “os homens são tão simplórios, e se deixam de tal forma dominar pelas necessidades do momento, que aquele que saiba enganar achará sempre quem se deixa enganar”.

Embora despreocupado com ética ou moral, Maquiavel preconizava o ajustamento permanente entre a ação desenvolvida e os desígnios do Estado, fazendo da estratégia o instrumento da política para a consecução do fim por ela proposto.

Como conclusão pode-se dizer que Maquiavel, subvertendo a ordem político-social da época pregava a criação do Estado-Nação como fonte do poder, o Exército Nacional como instrumento da ação estratégica, subordinando-o à vontade política da nação e aplicando esse poder para a consecução dos objetivos nacionais de forma total.

Quanto a validade do pensamento maquiavélico, a conquista e a preservação do poder não podem justificar a conduta política, que deve se submeter à ética e ao direito. Aí reside uma das maiores falhas de Maquiavel, por não aceitar o substrato ético transcendente, por tornar a moral, a religião e o direito escravos do Estado, cuja razão de ser, para ele, é a própria existência e expansão.

b. Contemporâneos:

1. André Beaufre (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

1.1 O homem

Andrés Beaufre nasceu em 25 de janeiro de 1902, em NEULLY-SEINE, na FRANÇA.

Após a experiência como intérprete em uma Divisão de Infantaria do Exército dos EUA, ingressa, em 1921, na Academia Militar de Saint-Cyr, onde teve como mestre em História Militar o então Cap CHARLLES DE GAULLE.

Formado em Infantaria, foi designado para ARGEL, onde participou, como voluntário, do desembarque de ALHUCEMAS, ação combinada hispano-francesa contra ABD-EL-KRIM. Nesse período, é ferido em combate e recebe a Cruz Militar.

Apesar de jovem, ingressa, em 1925, na Escola Superior de Guerra, e, ainda Capitão, forma-se como oficial de estado-maior e vai servir no norte da ÁFRICA.

Em seguida, BEAUFRE é designado para o Estado-Maior do Exército Francês, onde constata, ao conviver com a elite do Exército de sua pátria, o formalismo burocrático asfixiante da Força conduzida pelo General GAMELIN. Nesse período, irrompe a II Guerra Mundial.

Após o armistício entre a ALEMANHA e o governo de Vichy, BEAUFRE vai trabalhar na ARGÉLIA, onde participa da resistência no norte da ÁFRICA.

É um período doloroso, mas rico em experiências. BEAUFRE é preso por seus compatriotas e transferido, ¨ex-ofício¨, para a Reserva. Nessa ocasião, escreve sua primeira obra: ¨O Drama de 1940¨.

Em 1942, é reintegrado ao serviço ativo, sendo designado para uma Divisão em MARSELHA. Nesse período, participa de uma reunião secreta, com o General MARK CLARK, na qual se planejou a invasão aliada da ITÁLIA.

Em 1943, como Chefe do Estado-Maior de uma Divisão Marroquina, participa da reconquista da CÓRSEGA, integrando-se posteriormente às forças francesas que combatiam na ITÁLIA. Em 1944 e 1945, participou de todas as operações, já como Oficial de Operações do I Exército Francês.

Finda a guerra, volta ao MARROCOS, onde, promovido a Coronel, comanda o 1º Regimento de Atiradores.

Em 1947, prestou serviços no ALTO TONKIN, participando da Guerra da INDOCHINA, presenciando a derrota francesa perante a estratégia de HO-CHI-MIN.

Em 1949 é promovido a General-de-Brigada, sendo nomeado Subchefe do Estado-Maior do Comando dos Exércitos da Europa Ocidental.

Após um breve período no Extremo Oriente, retorna à Europa, onde, na qualidade de Chefe do Grupo de Estudos Táticos Interaliados, contribui decisivamente para a atualização de conceitos estratégicos e táticos, relacionados agora ao novo inimigo em potencial: a UNIÃO SOVIÉTICA.

Em 1955, já como General-de-Divisão, comandou a 2ª Divisão de Infantaria Mecanizada, ocasião em que colocou em prática, com êxito, nova organização, pentômica, que o Exército Francês adotara a título experimental.

Ainda em 1955, comandou as operações na ARGÉLIA e, no ano seguinte, o Corpo de Exército Francês na expedição a Suez, quando da crise do canal.

Em 1958 exerceu o cargo de Chefe de Logística do Estado-Maior do Comando Supremo da OTAN, e, em 1960, já como General-de-Exército, desempenhou a função de Chefe da Delegação Francesa no Corpo Permanente da OTAN, em WASHINGTON.

Em 1962, por haver atingido a idade limite permitida pela legislação francesa, é transferido para a reserva, fundando no mesmo ano, o Instituto Francês de Estudos Estratégicos.

A partir daí, desenvolve uma série de obras e ensaios de Estratégia, com passagens tanto pela política como pela tática.

Faleceu em 13 de fevereiro de 1975, em plena produção intelectual.

1.2 A obra

A obra de BEAUFRE pode ser dividida em três fases distintas: a histórica, a estratégica e a prospectiva.

Seu primeiro trabalho foi ¨O Drama de 1940¨, escrito quando, em 1940, foi transferido compulsoriamente para a reserva.

São ainda obras dessa fase inicial: ¨Memórias¨, ¨A Revanche de 1945¨ e ¨A Expedição de Suez¨.

Na investigação estratégica, publica a trilogia básica de seu pensamento estratégico: ¨Introdução à Estratégia¨, ¨Dissuasão e Estratégia¨ e ¨Estratégia da Ação¨. Complementou essa fase com a obra ¨A OTAN e a EUROPA¨, na qual analisa a problemática da OTAN e propõe estratégias de revitalização do sistema defensivo europeu.

Posteriormente, BEAUFRE envereda pelo campo da prospectiva, em ¨A Aposta da Desordem¨ e ¨Construir o Futuro¨, sua última obra.

Todas as obras citadas foram editadas entre 1964 e 1969.

1.3 O pensamento

Refletindo sua condição de militar, com larga experiência na participação em conflitos, quer globais, quer totais ou mesmo nacionais, nos quais se fizeram presentes as formas

de estratégia universalmente aceitas, BEAUFRE apresenta, em suas obras, uma gama considerável de ideias sobre a Política, a Estratégia e mesmo sobre a Tática.

Por absoluta fidelidade aos pressupostos do trabalho, serão apresentados, a seguir, os principais tópicos de seu pensamento estratégico.

1.3.1 Conceito de Estratégia

BEAUFRE contesta as conceituações de LIDDEL HART, MOLTKE e RAYMOND ARON, considerando-as incompletas, ao posicionarem-se tão somente no âmbito militar.

Argumenta que a Estratégia engloba, invariavelmente, as expressões política, econômica, psicossocial, militar e diplomática (dando um tratamento especial, desvinculado da política, a qual se refere aos fatores internos do país), no que define como Estratégia Total.

Em consequência, conceitua Estratégia como ¨a arte da dialética das vontades que empregam a força para resolver seus conflitos¨, com a finalidade de ¨alcançar os objetivos estabelecidos pela política, utilizando da melhor forma os meios de que se dispõe¨.

Como se observa, BEAUFRE globaliza o conceito de Estratégia, e, ainda, percebe-se na leitura de sua obra, uma crescente valoração da expressão psicossocial na formação do Poder.

Nesse contexto, ressalta a importância da liberdade de ação, que resulta da conjuntura internacional e constitui-se em elemento de capital importância da Estratégia, particularmente após o advento da ameaça nuclear.

1.3.2 Modelos Estratégicos

BEAUFRE considera que todas as possíveis ações estratégicas, resultantes da elaboração dos planejamentos estratégicos, podem ser enquadradas em um dos cinco modelos a seguir apresentados, nos quais os parâmetros considerados são os meios disponíveis, a importância dada ao objetivo e a margem de liberdade de ação que se dispõe.

MODELO	MEIOS	OBJETIVOS	LIBERDADE DE AÇÃO	ESTRATÉGIA
Ameaça Direta (Dissuasão)	**Muito Potentes**	**Modestos**	**Adequada, apoiada na ameaça nuclear**	**Direta**
Pressão Indireta (ações políticas, econômicas ou diplomáticas)	**Insuficientes**	**Modestos**	**Reduzida**	**Indireta**
Ações Sucessivas	**Reduzidos**	**Importantes**	**Reduzida**	**Direta ou Indireta**
Conflito Prolongado de Baixa Intensidade	**Escassos**	**Importantes, mas desiguais entre os adversários**	**Grande**	**Indireta**
Conflito Violento, tendente à vitória militar	**Potentes**	**Importantes**	**Adequada**	**Direta**

Constata-se a existência, para BEAUFRE, de dois tipos de estratégias: a direta, oriunda de CLAUSEWITZ, e outra indireta, na qual a capitulação moral ou psicológica do adversário, com a permanente busca da liberdade de ação, é perseguida.

Nos modelos anteriormente apresentados, a grande contribuição de BEAUFRE é, realmente, a Ameaça Direta, por ele criada, baseada na dissuasão nuclear.
A Pressão Indireta baseia-se nas estratégias de HITLER e soviéticas.
As Ações Sucessivas são baseadas em LIDDEL HART, quando do exame da Aproximação Indireta.

O Conflito Prolongado é o que melhor responde às guerras de libertação, e é baseado nos pensamentos de MAO-TSÉ-TUNG.

O Conflito Violento corresponde à estratégia clássica napoleônica, amplamente teorizada por CLAUSEWITZ.

No mundo contemporâneo, ante a ameaça nuclear, a globalização da informação e a crescente influência da mídia na formação da opinião pública, BEAUFRE advoga a importância da estratégia indireta, e valoriza sobremodo os aspectos morais e psicológicos na formação do poder, na otimização dos meios e na incessante busca da liberdade de ação.

Nesse contexto, BEAUFRE define a Estratégia Indireta como ¨a arte de saber tirar o maior proveito da margem estreita de liberdade de ação, fugindo à dissuasão pelas armas atômicas, e de alcançar sucessos decisivamente importantes, malgrado a extrema limitação dos meios militares¨. Enfim, enfatiza o desejo da decisão por outros meios que não os militares.

1.3.3 Níveis da Estratégia

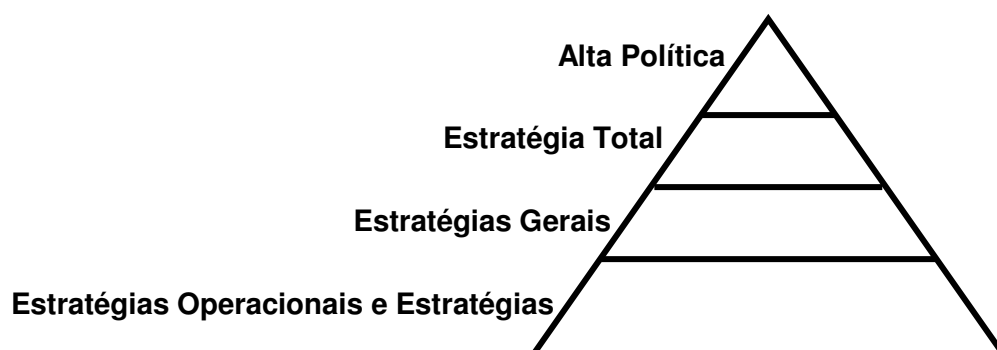
BEAUFRE preconiza a existência nos seguintes níveis de Estratégia de um Estado:

- Estratégia Total, no âmbito do Chefe de Governo (ou de Estado), encarregado de conceber a direção da guerra, combinando as ações de cada uma das expressões do poder.

- Estratégia Geral, desenvolvida em cada expressão do poder, no âmbito de cada Ministério (Estratégia Geral Política, Estratégia Geral Militar etc);

- Estratégia Operacional, no âmbito militar, ou similar, em cada expressão do poder, onde se harmonizam planejamento e execução, equacionando-se a trilogia: o que se quer, o que se deve e o que se pode fazer.

Permeando a Estratégia Operacional, BEAUFRE advoga a necessidade da existência de uma ¨Estratégia Logística¨ ou ¨Estratégia Genética¨, direcionada, nos tempos de paz, à produção de armamentos sofisticados que superem os dos adversários, de forma a que o desenvolvimento dos meios deva originar-se de uma concepção estratégica total.

A concepção é ilustrada pela figura da pirâmide estratégica, encimada pela Alta Política, em uma clara demonstração do posicionamento de BEAUFRE quanto ao aspecto hierárquico entre Política e Estratégia.

1.3.4 Princípios da Estratégia

BEAUFRE realiza, em sua obra, ampla análise das diferentes regras e listagens de princípios de Estratégia preconizados por CLAUSEWITZ, LIDDEL HART, LENIN e STALIN, MAO-TSE-TUNG e FOCH, para concluir que, na busca incessante da melhor estratégia para a consecução dos objetivos, é primordial ¨alcançar o ponto decisivo, graças à Liberdade de Ação conseguida mediante uma boa Economia de Forças¨.

Mais uma vez, BEAUFRE enfatiza a importância da Liberdade de Ação na execução de uma concepção estratégica, preconizando que ¨a luta das vontades se reduz a uma luta pela Liberdade de Ação¨.

1.3.5 A Estratégia atômica e a dissuasão nuclear

Por ser a contribuição mais efetiva e peculiar de BEAUFRE, em termos de Concepção Estratégica, são apresentados, a seguir, alguns aspectos relevantes de seu pensamento quanto ao emprego dos meios nucleares, ainda que de forma dissuasória.

A Estratégia Atômica situa-se no contexto da guerra total, e deve incorporar o seu poder científico-tecnológico para a defesa do Estado. A Dissuasão Nuclear surge da problemática da utilização dos meios atômicos.

Considerando que o emprego da arma nuclear seria extremamente prejudicial a qualquer dos contendores, a fase de preparação da Estratégia é muito mais importante que a própria execução.

Assim, avulta de importância a Dissuasão Nuclear, colocada como ¨a Estratégia que visa paralisar o inimigo pelo risco de ser destruído pela represália nuclear¨. É baseada em fatores materiais e psicológicos e sua essência, segundo o autor, é a incerteza.

1.4 Conclusões

Sintetizam o pensamento filosófico e estratégico de BEAUFRE as seguintes assertivas:

-¨a guerra é um fenômeno social por demais completo para tentar-se resolver por meio de qualquer forma simples, ... a estratégia deve constituir-se em uma disciplina a empregar na busca de soluções a este fenômeno;

- somente por meio do conhecimento da Estratégia as lutas inevitáveis poderão ser conduzidas e

numerosos conflitos poderão ser evitados;

- a Estratégia é somente um meio. A definição dos objetivos pertence ao âmbito da Política. O

destino do homem depende da filosofia que escolhe e da estratégia que a viabilize¨.

2. Basil Henry Liddell Hart (1895-1970) (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

2.1 Introdução

Considerado por alguns o “Clausewitz do século XX” e por muitos a maior autoridade em guerra moderna de seu tempo, o Cap Liddell Hart foi reformado devido a graves ferimentos recebidos em 1916, durante a I GM.

Com cerca de 40 obras publicadas, nascido na França, de pais ingleses, exerceu grande influência sobre chefes e pensadores militares de vários países, entre eles o Gen Heinz Guderian, o idealizador das GU blindadas do Exército alemão.

Estudou com profundidade a história das guerras, nela buscando inspiração e conhecimento para análise das possibilidades de emprego dos novos meios que surgiam, principalmente o avião e o carro de combate, daí tirando conclusões sobre a possível evolução da "arte dos generais".

2.2 Pensamento militar

Amigo e admirador de Fuller, o maior responsável pela introdução dos blindados no Exército inglês, dele divergia no que diz respeito ao emprego da infantaria junto às forças blindadas. Enquanto Fuller advogava que os carros atuariam isolados, Liddell Hart defendia a tese do emprego da infantaria junto a eles (binômio infantaria-carro).

Visualizava a guerra do futuro como uma guerra mecanizada, com operações de forças altamente móveis, e para isto elaborou o primeiro manual da força mecanizada que estava sendo organizada na Inglaterra no final dos anos 20.

Pregava, no que diz respeito à tática, ampla utilização dos ataques noturnos e das ações indiretas, além da máxima mobilidade dos blindados, já citada anteriormente.

Propunha mudanças no conceito de defesa, enfatizando a defesa móvel e o contra-ataque, através do emprego de forças blindadas.

Defendia o fim da conscrição universal e a criação de um exército profissional, pequeno, bem treinado e dotado de equipamentos modernos, aptos para operar em qualquer TO, defendendo os interesses da Inglaterra. A maior parte deste exército (2/3) seria de unidades blindadas.

2.3 Atuação política

Por ocasião da escalada nazista, procurou alertar seu governo sobre a necessidade de desenvolver um plano de reforma nas FA e, principalmente, no Exército.

Em 1937, designado assessor do novo Ministro da Guerra, buscou implementar suas ideias, encontrando dificuldades junto ao estado-maior imperial e ao tesouro inglês.

No entanto, o agravamento da situação política europeia (1938) contribuiu para que muitas de suas propostas fossem executadas.

2.4 Resumo do pensamento estratégico

Liddell Hart, em 1937, publicou no Times três artigos que resumiam seu entendimento sobre a estratégia militar, naquela época. Sobre tais artigos o Cel Almerino Raposo, nosso insigne mestre de estratégia, diz o seguinte:

"No âmbito da estratégia militar, relembrou o papel histórico da Grã-Bretanha e sua longa experiência de guerra, traduzida em guerras de riscos limitados, prevalecendo o poder marítimo; propôs o emprego de forças expedicionárias reduzidas; chamou atenção para o papel que caberia à Grã-Bretanha e os riscos que teria que enfrentar, juntamente com a França e o Ocidente; sugeria ampla reformulação das FA britânicas, dotando-as de grande poder ofensivo para atender à guerra moderna; pregava uma estratégia ofensiva - defensiva, com doutrina defensiva, eminentemente ativa e móvel, à base de contra-ataques em vários níveis. Sugeriu uma nova doutrina militar, com ênfase para o fortalecimento do poder aéreo e do poder marítimo, predominando no poder terrestre a qualidade sobre a quantidade; as divisões blindadas não deveriam ser lançadas para emprego na França, mas serem mantidas na Inglaterra, como reserva estratégica principal para emprego nos Países Baixos e no Oriente Próximo".

Estas ideias foram republicadas, em 1939, no livro "A Defesa da Inglaterra" juntamente com outros estudos.

Embora tal livro sofresse severas críticas no âmbito nacional e internacional, várias de suas propostas foram executadas, embora um pouco tarde.

Em suas obras posteriores à II GM, defendeu insistentemente a “ação indireta” como a melhor forma de concepção estratégica, seja no âmbito da grande estratégia (estratégia nacional), seja na estratégia militar. Dentre outros motivos argumentava com a inviabilidade do uso dos engenhos atômicos, que teria resultados catastróficos, vindo daí a impossibilidade de usá-los e a necessidade da estratégia indireta.

Crítico de Clausewitz, principalmente no que concerne ao conceito de “busca da batalha decisiva”, Liddell Hart colide, frontalmente, com a opinião de renomados pensadores, entre eles Aron, os quais não se cansam de proclamar os acertos e a permanência das teorias clausewitianas.

Em sua obra “Estratégia”, ainda no dizer do Cel Almerino, não chega ao nível conceitual-filosófico, permanecendo nos níveis teórico-doutrinário e doutrinário-operacional e, por isto mesmo, seus estudos pertencem, via de regra, à estratégia militar.

No entender de Hart, à estratégia cabe estabelecer os planos de guerra, orientar o desenvolvimento das diferentes campanhas que a compõem e regular as batalhas que serão travadas em cada uma delas.

Em sua visão, a estratégia seria um conceito voltado para o preparo e o emprego do Poder Nacional, com ênfase no Poder Militar.

Dentre outras ideias, enfatiza que a conduta da guerra deve considerar a situação da paz que se deseja. Se isto não for considerado, aí poderão estar presentes os germes da próxima guerra, e que este risco aumentará caso a guerra seja feita por uma coalizão.

A essência de seu pensamento estratégico e tático pode ser traduzida através dos seguintes axiomas:

2.4.1 Positivos

- Ajuste seus fins a seus meios.
- Conserve seu objetivo sempre em mente, quando tiver de adaptar seu plano à situação.
- Escolha a linha de ação menos provável (do ponto de vista inimigo).
- Explore a linha de menor resistência, enquanto a mesma o conduzir a qualquer objetivo que possa contribuir para obtenção do fim colimado.
- Adote uma linha de ação que conduza a objetivos diferentes.
- Assegure-se de que seu plano e seus dispositivos sejam flexíveis e adaptáveis à situação.

2.4.2 Negativos

- Não empenhe o grosso de suas forças numa ação quando o inimigo estiver em guarda, isto é, quando ele estiver em boa situação para contê-lo ou evitá-lo.
- Não repita um ataque na mesma direção (ou da mesma forma) que fracassou anteriormente

2.5 Conclusão

Com certeza, Liddell Hart, em sua obra, poderá ter cometido erros e enganos, passíveis de críticas e reprovações; no entanto, o seu valor fica caracterizado quando é citado por aqueles que, em determinado momento, foram seus maiores inimigos.

O Gen Guderian disse o seguinte: “Foi, sobretudo por livros e artigos de ingleses, como Fuller, Liddell Hart e Martel, que fixei meu interesse e que obtive material para pensar. Estes esclarecidos militares, já naquela época, viam no carro de combate algo mais do que uma arma de apoio à Infantaria. Eles o analisavam em correlação com a crescente motorização de nossos tempos. Assim, se erigiam como pioneiros de uma nova concepção de guerra em larga escala.”

Dando fé a Guderian, ficaríamos com aqueles, citados nas primeiras linhas deste trabalho, que consideram Liddell Hart a maior ou uma das maiores autoridades em guerra moderna de seu tempo, sem julgá-lo como estrategista, o Clausewitz do século XX.

3. Raymond Aron (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

3.1 O homem

Francês, de origem judaica, R. ARON nasceu em PARIS, em 1905, e faleceu em 1983.

Filósofo, politólogo, professor universitário, sociólogo e jornalista, foi autor de inúmeros artigos e ensaios, abordando temas de natureza político-ideológica, político-partidária, histórica, econômica, sociológica e outros do campo das relações interestatais.

Foi professor na Universidade de Paris e no ¨Collége de France¨, exercendo ainda intensa atividade jornalística, iniciando sua participação no ¨La France Libre¨, durante a II Guerra Mundial. Posteriormente, como profissional, trabalhou no jornal ¨Le Figaro¨ e no semanário ¨L'Express¨.

Anticomunista ferrenho, preconizava sua opção por regimes constitucionais pluralistas, embasados nos valores ocidentais. Daí, sua visão ¨europocêntrica¨.

Área relevante dos estudos de ARON é a teoria política e sua aplicação nos estudos de Estratégia, bem como sua contribuição no plano das relações e dos sistemas internacionais.

Seu pensamento foi influenciado por duas principais circunstâncias: sua formação na FRANÇA de pós-I Guerra Mundial e seus estudos na ALEMANHA (doutorado, período 1930/33).

Enfatiza o fenômeno político em sua forma mais abrangente, a política do poder das relações interestatais, base para a Diplomacia e para a Estratégia.

3.2 A obra

Considerado um dos filósofos políticos mais respeitados deste século, ARON é autor de numerosa obra intelectual, da qual se pode citar: ¨Paz e Guerra entre as Nações¨, ¨Pensar a Guerra-Clausewitz¨, ¨As Etapas do Pensamento Sociológico¨, ¨A República Imperial¨, ¨18 Lições sobre a Sociedade Industrial¨, ¨O Ópio dos Intelectuais¨ e ¨Estudos Políticos¨. Dessas, as duas primeiras são de interesse mais próximo para o estudo político-estratégico.

Com relação à ¨Paz e Guerra entre as Nações¨, seu trabalho vem sendo citado por muitos analistas como um dos mais influentes do pensamento político, estendendo sua abrangência à Sociologia, História, Filosofia, Economia e Relações Internacionais.

ARON, por muitos anos, dedicou-se ao estudo de CLAUSEWITZ, citando-o com frequência em seus trabalhos. No seu livro ¨Pensar a Guerra - Clausewitz¨ pretendeu dar contornos mais nítidos ao pensamento daquele estrategista, o qual não havia encontrado sua forma definitiva quando morreu, vítima de cólera, em 1831. No primeiro volume - ¨A Era Europeia¨ - procurou fazer uma reconstrução rigorosa do sistema intelectual de CLAUSEWITZ, enquanto que no segundo - ¨A Era Planetária¨ - propôs-se apresentar os principais conflitos do século XX à luz dos princípios clausewitzianos. Sua argumentação mostrou-se interessante ao revelar a abrangência da aplicabilidade das ideias do general prussiano e os erros cometidos pelas interpretações equivocadas de sua obra inacabada.

3.3 O pensamento

O pensamento político-estratégico de ARON, expresso em sua obra ¨Paz e Guerra entre as Nações¨ é fortemente influenciado por sua formação sociológica e filosófica.

Para ARON, ¨a história humana nunca foi comandada, de maneira comprovada, pela razão, pois o que se entende como racional e razoável nunca nos dá a garantia de que se realizará ou não.¨ Este posicionamento, influenciado pela teoria weberiana da compreensão, o coloca como um relativista e realista.

ARON repele o determinismo histórico, o quantitativismo da Geopolítica e a avaliação aritmética dos fatores político-estratégicos. Segundo ele, o valor militar, demográfico e econômico de uma área muda de forma imprevisível com as técnicas de combate e de produção, com as relações humanas e as instituições.

Da pesquisa realizada, pode-se concluir que, como pensador político, ARON apresenta teorias originais sobre a Política. O mesmo não se pode dizer quanto ao seu pensamento estratégico.

ARON é um discípulo de CLAUSEWITZ e, como cientista político, no campo da Estratégia, pouco acrescenta às teorias do mestre, considerando, à semelhança do ilustre prussiano, que a Estratégia permeia tão-somente o campo militar.

Da leitura de ¨Paz e Guerra entre as Nações¨ é possível destacar alguns de seus pensamentos político-estratégicos, particularmente quanto às relações interestatais, que são apresentados a seguir.

3.3.1 Política Externa: Diplomacia e Estratégia

¨As relações internacionais apresentam um traço que as distinguem das demais relações sociais: elas se desenvolvem à sombra da guerra, as relações entre os estados implicam, essencialmente, na paz e na guerra¨.

¨Em tempo de paz, a política se utiliza de meios diplomáticos, sem excluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça. Durante a guerra, a Política não afasta a Diplomacia, que continua a conduzir o relacionamento com os aliados e neutros e com o inimigo, ameaçando-o da destruição ou abrindo-lhe uma perspectiva de paz¨.

¨Estratégia é o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares e Diplomacia o intercâmbio com outras unidades políticas. Tanto a Estratégia como a Diplomacia estão subordinadas à Política, que traduz o interesse nacional¨.

¨A dimensão humana dos acontecimentos e fatos históricos gera um certo grau de incerteza, daí, a ação de diplomatas e estrategistas se fundamentar em probabilidades¨.

¨O diplomata, no exercício de suas funções, é a unidade política em nome da qual fala; no campo de batalha, o soldado é a unidade política em nome da qual mata o seu semelhante¨.

¨A alternativa da paz e da guerra permite elaborar os conceitos fundamentais das relações internacionais¨.

Para ARON a Diplomacia e a Estratégia são vetores, complementares e opostos, de que se utilizam os estados no seu inter-relacionamento. Em decorrência, considera que o diplomata e o soldado, e somente eles, agem como representantes das coletividades a que pertencem.

3.3.2 Guerra Absoluta e Guerras Reais

ARON coloca essa classificação de CLAUSEWITZ como dependente direta do grau de controle da Política sobre as ações belicosas.

A Guerra Real tende para a forma absoluta, na medida em que o conflito escape do controle político e os objetivos militares passem a ter maior preponderância do que os objetivos políticos da guerra.

Para ele, a Guerra Absoluta só se justifica se o objetivo político de um estado for a aniquilação do poder de combate de seu oponente.

3.3.3 Relação entre Política, Estratégia e Guerra

ARON considera que a relação entre Política, Estratégia e Guerra é vertical.

A Política decide pelo uso da força e pela intensidade de sua aplicação e estabelece os fins. Desta forma, a Estratégia e a Guerra se subordinam à Política. Apesar dessa subordinação, a Política deve, ao estabelecer objetivos, ter em consideração os meios disponíveis para a Guerra.

A Política não pode se limitar à concepção do conjunto da Guerra e à fixação de objetivos. Ela deve conduzir a Guerra, corrigindo rumos, de modo a direcioná-la e a utilizar seus resultados de acordo e na medida do interesse do Estado. Isso não implica em conduzir as operações militares no campo de batalha, função precípua do militar, mas manter a guerra nos limites do interesse do Estado em suas relações externas.

3.3.4 Estratégia: Objetivos da Guerra e Meios Disponíveis

¨A escolha de uma Estratégia Militar depende dos objetivos de guerra e dos meios disponíveis¨. Com base nessa assertiva, ARON coloca como alternativa suprema, a nível da Estratégia, a escolha entre ganhar ou não perder.

Uma estratégia pode visar uma vitória decisiva sobre as forças armadas do inimigo, para impor-lhe a vontade quando da paz vitoriosa ou, quando a relação de forças exclui tal possibilidade, a Estratégia deve ter como objetivo não perder, desencorajando a vontade de vencer do inimigo.

3.3.5 Aliados

ARON, ao abordar a guerra executada por uma coalizão de países, coloca a necessidade de que, além da hostilidade comum em relação ao inimigo, deve-se levar em conta as rivalidades potenciais entre os aliados. **¨Impõe-se uma distinção radical entre aliados permanentes e aliados ocasionais¨.**

Aliados permanentes, segundo ARON, são Estados que não têm a possibilidade de se encontrarem em campos opostos no futuro previsível, qualquer que seja a oposição de alguns de seus interesses.

Aliados ocasionais têm em comum a hostilidade em relação ao inimigo, mas podem ser uma ameaça a médio ou longo prazo.

Dentro dessa ótica, a condução da guerra deve levar em consideração o fortalecimento que o conflito e seus resultados podem trazer aos aliados no pós-guerra.

3.3.6 O Poder do Estado

Para ARON o poder de um Estado é o resultado de três elementos: o espaço ocupado pela unidade política; os recursos materiais disponíveis e o conhecimento que permite transformá-los em armas, o número de homens e a arte de transformá-los em soldados; e a capacidade de ação coletiva, que engloba a organização do exército, a disciplina dos combatentes, a qualidade do comando civil e militar e a solidariedade dos cidadãos.

Durante a guerra, o poder de um estado é representado, principalmente, pelo poderio bélico disponível e pela capacidade de mobilização. Em tempo de paz, embora se apoie no poder militar, utilizado como ameaça potencial, o poder de impor a vontade sobre seu

oponente se apoia em meios não violentos, implicando no uso de procedimentos econômicos, políticos (diplomáticos) e psicológicos.

Para submeter um Estado oponente, pode-se recorrer a pressões econômicas de diversos tipos, particularmente ao bloqueio econômico, e a pressões psico-políticas, através da diplomacia e da propaganda.

3.4 Conclusão

Da análise do pensamento aroniano, conclui-se que o ilustre filósofo francês foi, sobretudo, um fiel discípulo de CLAUSEWITZ, quando propugna pela importância do emprego do poder militar na concepção da Estratégia Direta.

ARON subordina, entretanto, a Estratégia à Política Nacional, ainda que visualize a Estratégia como a arte de solução de conflitos pelo emprego do poder militar.

4. Mao Tse Tung (ECEME, Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar - Coletânea de Notas Suplementares, Rio de Janeiro, 2006)

4.1 Biografia

Mao Tse-Tung nasceu na China, província de Hunan, em 1893 e faleceu em 1977, como Presidente da República e Secretário-Geral do Comitê do Partido Comunista Chinês (PCC).

Filho de uma família camponesa de classe média, só completou os estudos primários e secundários.

Em 1917, incorporou-se à biblioteca da Universidade de Pequim, vinculando-se aos grupos marxistas, quando passou a dedicar-se ao estudo das teorias de Marx, Engels, Trotsky e Lenin.

Em 1920, já era um comunista convicto e aspirava à criação de uma China nos moldes da doutrina marxista-leninista. Em 1921, ingressou no PCC.

Com o advento da revolução contra o imperador, na qual Chiang Kai-Shek assumiu o comando do Exército Nacional Revolucionário (1926), Mao regressou à sua província natal com o objetivo de organizar a sublevação do campesinato. Mas a aliança de Mao com os nacionalistas foi rompida em abr 27, quando estes, surpreendentemente, passaram a eliminar os comunistas.

Assim, para evitar sua destruição, Mao refugiou-se no sul do país, onde se dedicou à organização de suas forças, em zona liberada.

A partir daí, Mao se posiciona como o condutor da facção do PCC que defendia a tese de que a revolução deveria se apoiar no campesinato ao invés do proletariado urbano. Seu argumento era que, na China, não havia o estamento social de proletários nos moldes do Ocidente. Em 13 Dez 1930, Mao tomou uma decisão radical ao abandonar a linha política preconizada por Moscou e passou a estruturar o movimento revolucionário com base no campesinato chinês. Desde então, tornou-se o líder da revolução, assumindo o poder político e militar do movimento.

De sua experiência pessoal em operações de guerrilha contra o imperador, contra as forças japonesas e contra o Exército Nacionalista de Chiang Kai-Shek, Mao consolidou valiosas conclusões.

Os copiosos escritos, elaborados durante o largo período em que conduziu os destinos da China, foram compilados sob o título de “Obras escolhidas de Mao Tse-Tung”, publicadas em 1951, em quatro volumes. A mais difundida delas é a “Guerra de Guerrilhas”(1937), onde apresenta claramente sua concepção.

4.2 Pensamento

O aspecto principal da teoria de Mao é que a base do poder revolucionário encontra-se no campesinato e, como tal, as principais ações deveriam contar com o apoio do meio rural.

"A revolução é, essencialmente, um fenômeno ideológico e o aspecto que distingue a guerra revolucionária da convencional. Portanto, o domínio da mente do adversário é um objetivo prioritário".

"O fator psicológico é o que provavelmente distingue a guerra revolucionária da convencional. Nesta, tem grande importância a conquista de território. Na guerra subversiva não se trata do domínio físico do terreno; o objetivo é outro e consiste, essencialmente, na conquista da população. Entretanto, não se busca a dominação material desta, ainda que seja importante, mas o fim perseguido é sua conquista psicológica, a apropriação de sua mente. A possessão das mentes se realiza mediante estruturas administrativas organizadas".

"As atividades de guerrilha devem ser coordenadas estrategicamente com as operações das forças convencionais, porquanto aqueles não podem, por si só, lograr o êxito das batalhas".

"Em uma guerra de caráter revolucionário, as operações de guerrilha são parte necessária. isto é particularmente verdadeiro em uma guerra pela emancipação do povo que habita um vasto território".

"A guerra de guerrilhas tem aspectos e objetivos que lhe são peculiares. É uma arma que uma nação, inferior em armamento e equipamentos militares, pode empregar contra outra mais poderosa".

"À medida que as hostilidades avançam, as forças de guerrilha se convertem, gradualmente, em forças regulares, que operam coordenadamente com outras unidades do exército regular. Assim, as tropas regulares, as forças de guerrilha que alcançaram esse status e as que ainda não chegaram a tal nível, combinam-se para formar o poder militar de uma guerra revolucionária nacional. Não há dúvida de que o resultado final de tudo isso será a vitória".

"As operações de guerrilha são conduzidas por pequenas unidades organizadas sobre bases territoriais, com apoio da população e desempenham o papel principal através de ações descentralizadas". "No momento em que esta guerra de resistência se desvincula das massas populares, é a oportunidade exata para abandonar toda esperança de vitória final".

"Todas as unidades de guerrilha devem ter condução política e militar, qualquer que seja sua origem ou efetivo. As unidades podem ter origem local, na massa popular; também podem ser formadas por um misto de tropas regulares e grupos populares ou, ainda, ser totalmente formadas por unidades do exército regular, tampouco o seu tamanho afeta a questão; as forças de guerrilha podem consistir de uma fração e poucos homens, de um pelotão, de um batalhão com centenas de homens ou de um regimento com alguns milhares. Todas essas unidades devem ter chefes inquestionáveis em sua política, resolutos, leais, sinceros e com robustez física. Esses homens devem estar bem preparados na técnica revolucionária, devem ser dotados de autoconfiança e ser capazes de estabelecer uma férrea disciplina e de neutralizar a contrapropaganda".

"As operações de guerrilha caracterizam-se pela fluidez na execução, pela permanente mobilidade, pela finta, pela surpresa e pela ofensiva".

“Quando as forças de guerrilha se deparam com tropas mais fortes, devem se retirar quando elas avançam; deve hostilizá-las quando elas se detêm; devem atacá-las quando estiverem descuidadas e persegui-las quando elas se retiram”.

“Ainda que as forças de guerrilha possuam bases, seu campo de atuação está na retaguarda do inimigo. As forças de guerrilhas em si não possuem retaguarda”.

“Existem três formas de guerra: de movimento, de posição e de guerrilhas. Como estas formas não produzem os mesmos resultados, geralmente se faz distinção entre a guerra de desgaste e a guerra de aniquilamento”.

“Destruir as forças inimigas significa desarmá-las ou privá-las de sua capacidade de resistência e não aniquilá-las fisicamente”.

“As campanhas de aniquilamento constituem o meio para se atingir o objetivo de desgaste estratégico do inimigo. Neste sentido, a guerra de aniquilamento é uma guerra de desgaste. Para poder sustentar uma guerra prolongada, o método principal que a China emprega é desgastar o inimigo aniquilando suas forças”.

“Mas o objetivo de desgaste do inimigo pode-se alcançar também através de campanhas de desgaste. Em termos gerais, a guerra de movimento cumpre a tarefa de aniquilamento; a guerra de posição, a de desgaste e a guerra de guerrilhas, ambas as tarefas ao mesmo tempo. Assim, as três formas de guerra se diferenciam entre si”.

“A retaguarda do inimigo é a frente de combate das guerrilhas, que, por sua vez, não possuem retaguarda. Os problemas logísticos da guerrilha são resolvidos de forma direta e elementar: o inimigo é a principal fonte de armas, equipamentos e munições...”

O pensamento estratégico de MAO TSE-TUNG exerceu marcada influência em várias regiões do mundo onde eclodiram revoluções comunistas, como Vietname, Cuba, Argélia, etc, além da própria China.

Ass 3. O CONFLITO, A CRISE E A SUA SOLUÇÃO (02 horas)

Objetivos específicos:

I-4. Apresentar os aspectos relevantes do Conflito e da Crise.

I-5 - Apresentar as técnicas para resolução de Conflitos e a manobra de Crise.

1. Conflitos e Crises (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

1.1 Conceituação

As relações sociais são marcadas por constantes choques de interesses que geram desequilíbrios exigindo, por vezes, ações necessárias à retomada do estado de equilíbrio. Este fenômeno atinge as relações entre indivíduos, entre grupos sociais e entre nações**. Assim, sociologicamente, um choque de interesses, de qualquer natureza, é compreendido como Conflito.**

Dependendo de sua magnitude, um Conflito também pode se constituir em Óbice para o emprego do Poder. Quando se trata do emprego do Poder Nacional na conquista e preservação dos Objetivos Nacionais, Óbices dessa origem devem ser criteriosamente estudados. Este entendimento, leva à necessidade de se conhecer a natureza, as causas e os atores envolvidos nos Conflitos, para que possamos eliminar ou minimizar seus efeitos.

De outra forma, quando o Conflito, influenciado por fatores internos e/ou externos ao seu ambiente, se agrava, atinge um estado de tensão ao qual denominamos Crise. Neste estágio, o Conflito, se não administrado adequadamente, corre o risco de sofrer um agravamento, até a situação de defrontação ou enfrentamento entre as partes ou atores envolvidos. **Quando envolve o emprego de armamento, o enfrentamento é entendido como Conflito Armado.** Portanto, a Crise não subentende, ainda, a defrontação ou o enfrentamento.

Crise é um estado de tensão, provocado por fatores internos e/ ou externos, sob o qual um choque de interesses, se não administrado adequadamente, corre o risco de sofrer um agravamento, até a situação de enfrentamento entre as partes envolvidas.

A solução da Crise não significa, obrigatoriamente, a extinção do Conflito que a originou.

1.2 – Tipos de Crise

Quanto ao âmbito de influência, os Conflitos podem se instalar dentro ou fora da Nação. Os de âmbito interno, podem resultar da exploração de insatisfações quanto ao não atendimento de necessidades vitais da sociedade nacional, anseios políticos, exclusão social, aspirações separatistas, contestação às Instituições, entre outras, que podem gerar Crises internas e se projetarem nas diversas Expressões do Poder Nacional. Assim, podemos tipificá-las em:

• Políticas

• Econômicas

• Psicossociais

• Militares

• Científico-Tecnológicas

Quanto aos Conflitos de âmbito externo, geralmente decorrem de choques de interesses entre Estados Nacionais. Esses Conflitos quando tardam a encontrar solução por via diplomática ou jurídica, podem gerar **Crises Internacionais** que, antes de atingir o nível de confrontação armada, podem incluir a participação, de forma prevalente, da Expressão Militar do Poder Nacional, como elemento de dissuasão para respaldar as gestões diplomáticas, visando ao atingimento de soluções favoráveis. As Crises Internacionais são consideradas político-estratégicas quando têm em sua gênese alguns fatores de relevante importância estratégica, tais como:

- Ameaça à integridade do Patrimônio Nacional;
- Ameaça à Soberania;
- Acesso à Tecnologia;
- Apoio Externo à insurreição interna;
- Dever de ingerência;
- Antagonismo histórico.

Na formulação das Políticas de Governo, devem ser consideradas as Crises em andamento, sejam elas de âmbito interno ou externo. Administra-las é um dever do Governo.

Quando se tratar, especificamente, de Conflitos de natureza Político-Estratégica, poderão advir condições irreversíveis que, ao se agravarem, levam as partes ao **Conflito Armado.**

Daí decorrem dois conceitos importantes para o planejamento governamental:

Hipótese de Crise Político-Estratégica (HCPE) é a antevisão de um quadro, nacional ou internacional que exija o emprego do Poder Nacional, por meio de ações

predominantemente, diplomáticas ou militares, capazes de administrar crises de qualquer natureza, de origem externa, que comprometem o alcance e a preservação dos Objetivos Nacionais.

A evolução de uma Crise Político-Estratégica deve ser cuidadosamente acompanhada, ante a possibilidade de que sua evolução possa levar ao Conflito Armado. Portanto, trata-se de uma Hipótese a ser sempre considerada, quando tratamos do emprego do Poder Nacional.

Hipótese de Conflito Armado (HCA) é a antevisão de um quadro, nacional ou internacional, que exija o emprego violento do Poder Nacional como último recurso para superar conflitos de natureza político-estratégica.

2. Formas de resolução de conflitos (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

Os Estados podem adotar para a resolução de seus conflitos, basicamente, três formas: persuasão, dissuasão e coerção.

a. Persuasão - É uma forma não-violenta que emprega processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos.

(1) Diplomáticos - Negociações diretas, bons ofícios, mediação, congressos, conferências e sistemas consultivos.

(2) Jurídicos - Arbitragens, soluções judiciárias, comissões internacionais de inquéritos, comissões mistas, etc.

(3) Políticos - Interferências de organismos internacionais, como a ONU, a OEA e outros.

b. Dissuasão - É uma forma intermediária entre a persuasão e a coerção, que está presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. Podem ser citados os seguintes exemplos: deslocamento de unidades militares, realização de manobras militares, aumento do poder militar na área onde ocorre a crise.

c. Coerção - É uma forma violenta de solução de conflitos, por meio da utilização, em nível variado, da capacidade de coagir do poder nacional.

(1) Pode-se verificar a coerção, por intermédio do emprego do poder nacional, com predominância eventual de ações estratégicas, de qualquer uma de suas expressões.

(2) Caracteriza-se a predominância de uma expressão sobre as demais quando esta expressão atua decisivamente para a solução do conflito.

(3) Como exemplos de formas coercitivas, sem que haja preponderância da expressão militar, podem ser citadas: a expulsão de agentes diplomáticos; a ruptura de relações diplomáticas; a proibição do uso do espaço aéreo, marítimo ou terrestre; embargos e boicotes; congelamento de bens; campanhas internacionais, etc.

(4) Os Estados em conflito podem empregar um ou mais tipos de coerção, de acordo com o seguinte esquema: por iniciativa própria, antecedendo qualquer ação do oponente; como retorsão, que consiste na aplicação das mesmas medidas impostas pelo oponente; como represália, que consiste na aplicação de medidas diferentes da adotada pelo oponente.

MÉTODOS E FORMAS ESTRATÉGICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS				
MÉTODO	FORMA DE RESOLUÇÃO	MEIOS (predominantes)	EXEMPLOS	
ESTRA-TÉGIA INDIRETA	PERSUASÃO	DIPLOMÁTICOS	- Negociações diretas - Congressos e Conferências - Bons ofícios - Mediação - Arbitragem	
		JURÍDICOS	- Solução judiciária - Comissões internacionais de inquérito - Comissões mistas	
		POLÍTICOS	- O N U - O E A - Outros organismos internacionais	
	DISSUASÃO	MILITARES	- Existência e possibilidades de emprego	
	COERÇÃO	POLÍTICOS ECONÔMICOS PSICOSSOCIAIS	- Iniciativa própria - Retorsão - Represália não-armada	- Proibição do uso do espaço aéreo - Embargo e boicote - Congelamento de bens - Expulsão de diplo-matas - Ruptura de rela-ções diplomáticas
ESTRA-TÉGIA DIRETA	DISSUASÃO	MILITARES	- Existência e/ou ameaça de emprego	
	COERÇÃO		- Iniciativa própria - Represália armada	- Bloqueio naval - Bloqueio aéreo - Ações militares limitadas - Guerra

Fig 2-3. Métodos e formas estratégicas de resolução de conflitos

3. Manobra de Crise (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

3.1 Conceitos e Princípios Básicos

A estratégia de crise, no seu sentido mais amplo, é a intencionalidade de gerar ou agravar uma perturbação nas relações nacionais ou internacionais como forma de alcançar objetivos políticos importantes. A manobra de crise é a técnica da condução deste processo.

Na manobra de crise dois princípios devem ser levados em conta por aqueles que têm a responsabilidade pela sua condução. O primeiro deles refere-se à autoridade que irá gerenciar o processo. É importante ter-se consciência de que a manobra de crise deve se constituir em atribuição do mais alto nível do poder nacional e possuir rapidez de resposta, ou seja, os que tomam as decisões devem ser os mesmos que as aprovam. O segundo refere-se à grande flexibilidade que os procedimentos de planejamento deverão admitir, pois as crises se constituem em eventos dinâmicos e fluidos. As atividades de planejamento do grupo decisor devem basear seus procedimentos no tempo disponível e na importância de cada crise.

3.2. Regras Gerais da Manobra de Crise

Algumas regras gerais para a condução da manobra de crise serão enumeradas a seguir:

- manter inegociáveis os objetivos nacionais, uma vez que as crises são conflitos de interesses e não de princípios;

- manter o autocontrole sobre o próprio comportamento e procurar exercer controle sobre o do oponente;

- evitar o excesso deliberado de violência e prevenir o inadvertido, pelo efetivo controle político das ações de toda a natureza;
- evitar a diversificação desnecessária dos objetivos e propósitos;
- evitar opções irreversíveis, mantendo a liberdade de ação para escalar ou distender;
- deixar aberturas para o entendimento e saídas honrosas para o oponente;
- procurar o apoio das opiniões públicas nacional e internacional, influindo permanentemente nas mesmas;
- manter abertos canais diretos de comunicação com o partido oposto;
- refrear o curso dos acontecimentos, empregando as forças com flexibilidade e controle, para que sejam repensadas e diminuídas as tensões emocionais;
- não atribuir importância a eventos e fatos aparentemente pequenos, que possam gerar um crescente aumento no grau de complexidade;
- reconhecer os dilemas do oponente, que estará também em busca de um resultado final que atenda aos seus interesses;
- servir-se de constante e íntimo relacionamento entre os domínios das considerações políticas, econômicas, psicossociais e militares;
- controlar as informações ao público e exercer atividades de operações psicológicas;
- empregar as Forças Armadas em ações não facilmente classificáveis como atos de guerra, mais como ameaça para dissuadir ou persuadir, ou para demonstrar a disposição de escalar, sendo a violência armada compatível com os interesses em jogo;
- manter prontidão permanente dos segmentos do poder nacional que estão sendo ou poderão ser empregados no desenvolvimento do conflito;
- exercer pressões políticas e diplomáticas;
- explorar indiretamente personalidades, dissidentes e grupos de opinião;
- obter e usar o apoio de aliados ou alinhados;
- exercer pressões econômicas;
- realizar demonstrações de força por meio da mobilização, ativação da estrutura de guerra e movimentação de forças militares.

3.3 Comportamento Político

A manobra de crise é uma atividade de cunho estratégico de alto risco, pelos valores que estão em jogo durante a sua realização. Muitas vezes uma decisão oportuna e inteligente, durante uma crise, pode ser distorcida ou anulada no decorrer da sua execução por fatores, fatos ou atos que fogem ao controle daqueles que a conceberam. Pela passionalidade que normalmente acompanha uma crise, os acontecimentos às vezes tomam rumos inesperados ou são fácil e intencionalmente distorcidos.

Cumpre às autoridades condutoras do processo o estabelecimento de diretrizes, normas e regras de fácil interpretação, que traduzam com fidelidade as diretrizes de procedimento para os diversos níveis que, mesmo inadvertidamente, tenham ou possam vir a ter interação com a crise.

A primeira condição a ser definida é o comportamento político a ser adotado, ou seja, qual a política de manobra de crise a ser seguida. Os comportamentos podem ser definidos pela seleção de uma das três tendências básicas, passíveis de serem adotadas por um dos partidos: escalar, estabilizar ou distender.

(1) Escalar - Aceitar o risco sugerido no desafio, com o objetivo de testar a firmeza do oponente ou criar uma nova situação que apresente um grau considerável de risco para o oponente.

(2) Estabilizar - Neutralizar o desafio do oponente, no sentido de aguardar ou provocar conjunturas mais propícias ou ganhar tempo para reunir novas forças.

(3) Distender - Diminuir as tensões, minimizando os riscos de uma escalada inoportuna e criando condições de negociação em níveis mais baixos de hostilidades.

3.4 Políticas de Manobra de Crise

A seguir, apresentam-se quatro tipos de política de manobra de crise, que podem servir de esquema para a elaboração das regras de engajamento para os atores do poder nacional (corpo diplomático, Forças Armadas e forças policiais), que poderão vir a ser protagonistas de ocorrências imprevistas envolvendo o poder oponente.

a. Desescalar a todo custo - O governo procura diminuir a intensidade da crise. Suas forças devem evitar qualquer comportamento que se possa transformar em pretexto para que sejam hostilizadas ou provocadas pelas forças oponentes. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor só serão executadas em resposta a ações hostis, aceitando o governo o risco de um ataque de surpresa do oponente e, até mesmo, ceder na defesa de algum interesse.

b. Desescalar - O governo não tem a intenção de elevar a intensidade da crise, não autorizando a execução de ações que possam ser interpretadas como provocação. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor serão executadas somente como resposta a uma ação ou intenção hostil.

c. Escalar se for o caso - Como consequência de provocações, o governo deve manter atitude firme e aceitar o risco de aumentar a intensidade da crise. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor devem ser rapidamente executadas, de forma clara e firme, como reação a qualquer hostilidade ou provocação.

d. Escalar - Com o propósito de comprovar a credibilidade psicológica, o governo aceita o risco de elevar a intensidade da crise, devendo suas forças adotar atitude provocadora com relação às forças oponentes.

3.5 Regras de Engajamento

A fim de gerir da melhor maneira o emprego das Forças Armadas no curso de uma crise, controlando sua evolução de modo consoante com os objetivos políticos, utiliza-se o concurso das regras de engajamento. Tal termo define, no que diz respeito às Forças Armadas, uma série de instruções predefinidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na zona de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. As regras de engajamento terão por base a política definida nos escalões decisórios e deverão ser tão minuciosas e específicas, quanto o permitam o conhecimento sobre a situação criada e as reais intenções do oponente.

As regras de engajamento servem, ainda, para harmonizar três elementos potencialmente contraditórios: a intenção política, o limite operacional imposto pelo ordenamento jurídico e pela opinião pública e a necessidade de autodefesa das unidades militares. A ação política exige que a presença militar seja ostensiva e, como tal, vulnerável. As regras de engajamento atendem normalmente ao pressuposto de que é direito e dever do comandante de uma unidade garantir a segurança de seus subordinados e dos civis

colocados sob sua proteção, observando o princípio da necessidade e da proporcionalidade do uso da força.

3.6 Etapas e Níveis da Manobra de Crise

3.6.1 Etapas da Manobra de Crise

A manobra de crise deverá compreender três etapas, cada uma delas comportando uma metodologia distinta.

Na primeira etapa são visualizadas as nossas vulnerabilidades e as intenções dos possíveis oponentes, incluindo a eclosão do desafio.

Na segunda etapa realiza-se o planejamento e executa-se uma reação a partir do desafio ocorrido. A terceira etapa caracteriza-se pela condução da crise durante o processo de escalada, de estabilização ou de distensão, até o acordo ou compromisso final.

3.6.2 Níveis da Manobra de Crise

Pode-se atribuir à manobra de crise basicamente quatro níveis de planejamento e execução, os quais irão se relacionar, em maior ou menor grau, com as atividades a serem desenvolvidas pela força terrestre: o político, o estratégico, o estratégico-operacional e o tático.

Ao nível político compete responder pela condução da primeira etapa, da manobra de crise, uma vez que esta se confunde com o próprio processo de planejamento da ação governamental. Por intermédio da equipe de governo, a partir dos objetivos nacionais e das diretrizes presidenciais, este nível realiza a avaliação da conjuntura e estabelece a concepção política nacional, a qual definirá basicamente os objetivos nacionais para o período considerado. Tal concepção é estruturada com base nos cenários elaborados durante a avaliação da conjuntura e desenvolve-se por meio do estudo das hipóteses de emprego, estabelecendo, em decisão política, o cenário desejado.

O nível político da manobra de crise deverá ser conduzido pela estrutura responsável pelo estabelecimento da concepção política nacional, cujos integrantes deverão acompanhar constantemente a situação nacional e internacional, avaliando o progresso das medidas implementadas e as reações desencadeadas pelos polos de poder por elas afetados. Serão os responsáveis, portanto, por não sermos surpreendidos por uma crise provocada por um oponente ou por sabermos explorar oportunamente uma vulnerabilidade de outro ator, agravada por fatores do momento. No seu trabalho em relação às crises, os seguintes pontos deverão ser prioritariamente desenvolvidos:

(1) avaliação diária da conjuntura;

(2) levantamento e acompanhamento das vulnerabilidades das partes envolvidas;

(3) levantamento e análise de fatos portadores de futuro;

(4) determinação da existência ou não de intenção nos fatos levantados;

(5) busca de relacionamento entre os fatos portadores de futuro, sejam eles contemporâneos ou não;

(6) levantamento dos possíveis fatores intervenientes e de suas possíveis e prováveis intervenções;

(7) determinação da abrangência e da importância da crise potencial, caso desencadeada;

(8) estudo prospectivo das condições idéias para sua eclosão, seja como alvo ou provocador; e

(9) atualização da política, quando se fizer necessário.

No momento da eclosão do desafio, o nível político será o responsável por definir o comportamento a ser adotado, ou seja, a política de manobra de crise a ser seguida -

basicamente adotando um dos quatro modelos apresentados - e o cenário desejado ao final da crise, definindo ainda o que deverá ser conquistado e o que poderá ser negociado.

A concretização de tal cenário deverá ser o objetivo da fase seguinte: a fase estratégica.

Ao nível estratégico cabe definir os processos a serem adotados para atingir os objetivos definidos, ou seja, o estabelecimento das estratégias de crise, embora a condução do processo permaneça como atribuição do mais alto nível decisório.

Nesse nível é realizada uma análise das trajetórias que levam ao cenário imposto e selecionado o melhor caminho para a sua concretização. A partir daí, é elaborada a concepção estratégica nacional, que se constitui em uma coletânea de diretrizes estratégicas que servirão de base para os planos nacionais setoriais, cuja execução será função de prazos e orçamentos.

O gabinete de crise realizará um estudo prospectivo visando determinar os possíveis caminhos para atingir o cenário desejado, atendendo às restrições impostas pelo nível político. A seleção do melhor caminho definirá a opção estratégica para a crise e a sua correspondente diretriz estratégica. Baseado nesta diretriz será elaborado pelo gabinete o plano de crise, que definirá as ações a serem executadas nos cinco campos do poder para concretizar o desafio ou para desencadear a resposta. O plano de crise estabelecerá ainda os procedimentos alternativos para o caso de escalada não desejada e estabelecerá as regras de engajamento, regulando desta forma também a terceira etapa.

Os níveis estratégico-operacional e tático são exercidos respectivamente pelos comandos operacionais das forças singulares e pelas unidades desdobradas no TO.

Ass 4. A GUERRA (02 horas)

Objetivos específicos:

I-6 - Apresentar o conceito e a classificação da Guerra.

I-7- Apresentar o conceito de Objetivo Político de Guerra, Centro de Gravidade, Liberdade de Ação e Concepção de Ação Militar.

I-8 - Apresentar os Princípios de Guerra.

1. A Guerra – conceituação (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

1.1 Guerra e paz

Vários filósofos, desde a antiguidade, vêm se preocupando com o fenômeno bélico, manifestação de violência coletiva conduzida e coordenada por um líder ou por um grupo.

Atualmente, os estudos sobre a guerra a inserem num espectro mais amplo, o dos conflitos. As modernas investigações sobre suas origens e causas buscam um campo de pesquisa relativo ao conflito humano, que abrange também o tempo de paz. Partem do princípio que se pode admitir a existência de aspectos comuns entre os vários tipos de conflitos humanos, entre os quais, como fenômeno social, existe um grau máximo: a guerra.

No conflito, a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo evidenciar-se por outras formas (econômicas, psicológicas e diplomáticas). O conflito pressupõe um choque intencional que implica numa vontade hostil, ou seja, a intenção de causar danos ou prejuízos ao adversário.

Em consequência, para ser possível defender a nação numa guerra, a estrutura militar deve estar sempre em condições de atuar com eficácia, pois quando a guerra surge não há tempo para improvisações nem oportunidade para arrependimentos tardios: é necessário empreender ações decisivas, coordenadas e objetivas, criteriosamente planejadas desde o tempo de paz.

1.2 Guerra e estratégia

A guerra ultrapassa em muitos aspectos a estratégia. É possível admitir, pelo menos teoricamente, uma guerra sem estratégia, pois entre muitos povos primitivos a guerra não era propriamente conduzida, mas antes travada como um fenômeno espontâneo e irrefletido, ou seja, sem estratégia. A estratégia implica a existência de uma vontade consciente para dirigir e coordenar os esforços, o que pressupõe um plano deliberado de ação.

Da mesma forma, a estratégia também ultrapassa o “ato de guerra” em si, pois busca proporcionar a uma unidade política as melhores condições de segurança. Participa de uma série de ações em todas as expressões do poder, que permitirão enfrentar da forma mais adequada as eventuais ameaças e as hipóteses de guerra admitidas. A estratégia envolve, também, a concepção de desenvolvimento de todos os tipos de forças, de acordo com as potenciais ameaças, compatibilizando-as com a capacidade do poder nacional. Neste âmbito, o seu papel é permanente.

Assim, a estratégia prevê o uso da força, o que pode incluir ou não seu emprego em combate.

Situações há em que o efeito desejado, imposição da vontade ao adversário, é obtido por outras formas de tirar partido da força. Em resumo, a estratégia trata não só da aplicação da força, mas também da sua exploração e, ainda, da promoção do seu desenvolvimento. O seu papel não é, portanto, intermitente, mas permanente. Relaciona-se com medidas a adotar em tempo de guerra e com ações adotadas em tempo de paz, que visam a determinadas ameaças e hipóteses de emprego.

À estratégia militar cabe não só o planejamento das ações militares previstas nas hipóteses de emprego, mas, também, o planejamento voltado para o preparo da expressão militar.

2. Classificação das guerras (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

2.1 Guerra regular

Conflito armado no qual as operações são executadas, predominantemente, por forças regulares. Caracteriza-se por ser extrema e entre Estados; declarada, embora tal condição não venha sendo observada na atualidade; reconhecida pelos organismos internacionais; e utilizando, em princípio, a plena capacidade das forças militares.

- Guerra convencional - É a forma de guerra realizada dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total ou limitada, quer pela extensão da área conflagrada, quer pela amplitude dos efeitos a obter. É o principal objetivo da preparação e do adestramento das Forças Armadas da grande maioria dos países.

- Guerra nuclear - É a forma de guerra caracterizada pelo uso de armas nucleares estratégicas (grande poder de destruição e lançamento por vetores de grande alcance, tais como, aviões e mísseis balísticos intercontinentais) ou de combate nuclear tático

(menor poder de destruição e lançamento por vetores de curto e médio alcance, tais como, aviões, mísseis táticos e artilharia).

Pode ser total ou limitada, tanto pela extensão da área conflagrada, quanto pelos efeitos desejados.

2.2 Guerra irregular

Conflito armado executado por forças não-regulares, ou por forças regulares fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilha.

- Guerra insurrecional - Conflito interno, sem apoio de uma ideologia, auxiliado ou não do exterior, em que parte da população empenha-se contra o governo para depô-lo ou obrigá-lo a aceitar as condições que lhe forem impostas.

- Guerra revolucionária - Conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia e auxiliado do exterior, que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da nação.

- Guerra de guerrilha - É a forma de guerra conduzida por grupos ou forças não-regulares, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com a finalidade de desgastar sua capacidade militar.

- Guerra de resistência nacional - É a forma de guerra na qual as Forças Armadas de um país militarmente fraco emprega táticas de guerrilha, ou forças irregulares, para resistir e expulsar um invasor militarmente mais poderoso, contando com o apoio da totalidade ou de parcela ponderável da população.

2.3 Guerra total

É a forma de guerra na qual os beligerantes usam todo o seu poder militar, sem restrições quanto aos métodos e engenhos e mesmo quanto às leis convencionais de guerra.

2.4 Guerra limitada

É o conflito armado entre Estados ou coligação de Estados, sem a amplitude da guerra total, caracterizado pela restrição implícita ou consentida dos beligerantes, tais como espaço geográfico restrito ou limitação do poder militar empregado, pelo menos por um dos beligerantes.

2.5 Guerra externa

Conflito armado, total ou limitado, entre Estados ou coligações de Estados.

2.6 Guerra interna

Conflito armado no interior de um país, regular ou não, visando atender tanto a interesses de um grupo ou do povo como a objetivos políticos de um Estado ou coligação de Estados.

3. Concepção da ação militar (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

3.1 Objetivos de guerra

A concepção da ação militar deve estar calcada no objetivo que o Estado pretende atingir ao término do conflito. Esse objetivo denomina-se "objetivo político de guerra" ou simplesmente "objetivo de guerra", e tem como propósito a paz subsequente à guerra.

São exemplos de possíveis objetivos de guerra:

- rendição incondicional;
- manutenção do "status quo";

- conquista de uma faixa de segurança;
- ampliação territorial;
- manutenção do equilíbrio de poder;
- conquista da independência;
- difusão de ideologias políticas ou religiosas;
- substituição de governo;
- implantação de novo regime político-econômico;
- conquista de posições de alto valor estratégico;
- extinção de um Estado.

Logicamente, um objetivo de guerra deve ter condições de ser alcançado pelo emprego do poder nacional e vai condicionar tanto a finalidade, quanto a intensidade do esforço a ser despendido.

3.2 Centro de gravidade

Centro de gravidade é o ponto no organismo do Estado adversário (militar, político, territorial, econômico ou social) que caso seja conquistado, ou o inimigo dele perca o efetivo controle, toda sua estrutura de poder desmoronará.

O conhecimento do centro de gravidade condiciona o objetivo ou os objetivos de guerra, que devem ser escolhidos.

3.3 Liberdade de ação

A política nacional, responsável por estabelecer os objetivos de guerra, pode sofrer limitações decorrentes de diversas circunstâncias, que influenciarão ou não a liberdade de ação. Caso o Estado leve em consideração essas limitações, sua liberdade de ação estará reduzida. Caso contrário, o Estado manterá sua liberdade de ação à custa de sensíveis riscos políticos, econômicos, psicossociais ou militares. Aceitando limitações, a política nacional poderá impor condicionantes à formulação da estratégia militar, tais como:

- ritmo a imprimir às operações;
- intensidade e extensão da violência;
- emprego de força aérea e/ou de mísseis estratégicos;
- bloqueio naval;
- áreas restritas.

3.4 Concepção da ação militar

Considerando os objetivos de guerra e as condicionantes impostas pela política nacional à condução da ação militar, os planejadores devem estar em condições de determinar a concepção da ação militar.

A concepção da ação militar abrange os seguintes aspectos:

- definição dos objetivos militares que devem permitir alcançar o objetivo político de guerra;
- estabelecimento dos meios militares necessários à ação militar;
- ações estratégicas militares que devem ser implementadas;
- ajustamento da concepção da ação militar;
- determinação dos objetivos estratégicos.

A escolha dos objetivos militares deve levar em conta as seguintes ideias:

- os objetivos militares jamais podem ser maiores (mais amplos) que o objetivo de guerra (caso ocorra tal absurdo, configura-se um descompasso, com possíveis evoluções incontroláveis da situação);
- o objetivo de guerra condiciona os objetivos militares, quanto ao esforço da expressão militar na área geográfica em que esse objetivo de guerra deverá ser atingido;
- caso o objetivo de guerra se refira ao exercício de soberania sobre uma área em disputa, há muita probabilidade de que o objetivo militar venha a se relacionar também com a mesma área;
- se a área litigiosa for muito ampla ou importante para um dos contendores, é possível que o ou os objetivos militares venham a ser estabelecidos em relação a elementos do poder antagônico, tidos como mais apropriados para se obter a quebra da vontade de lutar do oponente, independente do posicionamento geográfico dessa área;
- nos conflitos de grande envergadura, a amplitude dos objetivos de guerra tende a liberar geograficamente os objetivos militares.

Os objetivos militares devem ser os que permitam uma variação favorável na relatividade dos poderes que se confrontam, por meio de uma ação militar direta. O potencial militar, o potencial econômico e a vontade combativa são os elementos passíveis de serem afetados diretamente por uma ação militar.

São exemplos de objetivos militares:

- destruição ou neutralização das forças militares inimigas;
- destruição ou ocupação de centros do poder nacional adverso, particularmente nas expressões política e econômica;
- obtenção do controle da população;
- seccionamento de ligações que transmitem e dinamizam o poder nacional;
- ocupação de um território, área, cidade;
- corte do fluxo de suprimento;
- neutralização dos meios de sustentação do esforço de guerra adversário;
- manutenção de um determinado espaço geográfico, visando ganhar tempo para outras ações;
- desgaste do inimigo de forma a vencê-lo pela resistência;
- fixação estratégica das forças adversárias ou pulverização (dispersão) dos seus meios;
- contribuição para dissociar o governo da população.

Estabelecimento dos meios necessários - Definidos os objetivos militares preliminares, deve-se proceder a uma avaliação dos meios necessários para conquistar tais objetivos, bem como fazer um levantamento dos meios disponíveis.

Levantamento das ações estratégicas - De posse da definição dos objetivos preliminares e dos meios militares disponíveis, os planejadores estabelecem as ações estratégicas que devem, numa primeira aproximação, permitir, em melhores condições, a conquista dos objetivos propostos.

Ajustamento da concepção da ação militar - Da confrontação entre objetivo político de guerra, condicionantes políticas, quadro geográfico, relação de forças, objetivos militares preliminares e forças disponíveis, são realizados os reajustamentos necessários à concepção da ação militar. É possível que, nesta fase do processo, se chegue à conclusão, em virtude das condicionantes ou dos meios disponíveis, que a missão é

inexequível, ou seja, que a ação militar não poderá atingir os objetivos preliminares fixados. Neste caso, podem-se levantar outras linhas de ação, tais como:

- abandonar determinadas condicionantes e aceitar os riscos decorrentes;
- verificar a possibilidade de alocar novos meios;
- fixar objetivos militares menos ambiciosos;
- modificar as ações estratégicas propostas, chegando mesmo a alterá-las, de forma a abandonar uma estratégia direta e adotar uma estratégia indireta; e
- rever o objetivo político da guerra e, por conseguinte, elaborar uma nova concepção da ação militar.

Determinação dos objetivos estratégicos - Objetivo estratégico é aquele cuja conquista, destruição ou neutralização contribui para abater a estrutura política, militar, científico-tecnológica, psicossocial ou econômica de um dos oponentes, privando-o dos recursos necessários ao prosseguimento da guerra. Os objetivos estratégicos, para efeito de estudos, podem ser relacionados em dois grandes grupos:

- decorrentes da concepção política (que tanto podem estar implícitos como explícitos), onde podem ser encontrados os próprios objetivos estratégicos pretendidos com a guerra e os centros vitais de uma área estratégica;
- objetivos que decorrem dos tipos e formas das operações que podem ser realizadas numa determinada área, referentes àqueles de interesse imediato para a execução das ações estratégicas previstas (centros demográficos e industriais, instalações de importância, acidentes geográficos notáveis da área, instalações militares e civis relacionadas com os transportes terrestres, marítimos ou aéreos, nós rodoferroviários, pontos críticos, usinas elétricas, represas, obras-de-arte).

4. Princípios de Guerra (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

Do estudo das guerras, constata-se que elas têm aspectos de ciência e de arte. Do ponto de vista científico, a história das guerras é marcada pela evolução da tecnologia, resultando no desenvolvimento constante dos engenhos e na consequente mudança das condições de batalha. Como arte, o estudo envolve uma análise crítica e histórica do ambiente bélico, de onde se pode extrair muitas lições, entre as quais alguns princípios fundamentais, suas aplicações e combinações ao longo do tempo. Um dos produtos dessas análises, tanto da arte quanto da ciência, é o conjunto de princípios de guerra, que exprimem os ensinamentos oriundos da História. Não são, porém, princípios imutáveis nem casuísticos, nem eles por si só asseguram receitas infalíveis para a vitória. São aspectos gerais que se estendem desde a estratégia até a tática.

A adoção desses princípios tem apresentado variações no espaço e no tempo, ou seja, os princípios adotados em um país não são, necessariamente, os mesmos adotados em outros, ou os adotados numa época são diferentes dos de outra. Essa variação ocorre até mesmo entre as próprias Forças Armadas de um mesmo país, devido à diferente natureza de suas atividades. Quanto ao fator tempo, países ou forças militares têm adotado princípios mais adequados a determinada conjuntura, devido a problemas que passam a enfrentar, relegando a segundo plano princípios consagrados até então.

A análise desses princípios pode também auxiliar na avaliação da concepção estratégica militar dos países ou forças que os adotam e, em consequência, permite conhecer o

enfoque doutrinário de cada um. A seguir, é apresentado um quadro comparativo dos princípios de guerra adotados no BRASIL pelas forças singulares.

MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA
Objetivo	Objetivo	Objetivo
Ofensiva	Ofensiva	Ofensiva
Simplicidade	Simplicidade	Simplicidade
Controle	Unidade de Comando	Unidade de Comando
Concentração	Massa	Massa
Economia de meios	Economia de forças	Economia de forças
Mobilidade	Manobra	
Surpresa	Surpresa	Surpresa
Segurança	Segurança	Segurança
Moral		
Exploração		
Prontidão		
		Cooperação

5. Estratégias de Defesa Nacional (EME, Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001)

5.1 Estratégias de Defesa Nacional

5.1.1 Estratégia da Presença

Preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional.

É efetivada não só pela criteriosa articulação das unidades no território (presença seletiva), como também, pela possibilidade de fazer-se presente em qualquer parte dele, quando for necessário, configurando a mobilidade estratégica.

5.1.2 Estratégia da Dissuasão

Consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam.

A dissuasão se apoia nos fatores capacidade, credibilidade, comunicação e incerteza com relação a determinadas incógnitas, como por exemplo o comportamento de outras nações. A dissuasão não pode ser um blefe.

A dissuasão é defensiva quando um Estado dispuser de meios suficientemente potentes para conter e revidar o golpe inicial do oponente e puder contar com desenvolvida capacidade de mobilização. O objetivo é dissuadir o oponente de tomar a decisão de empregar seus meios de ataque, diante da incerteza de que alcançará resultados compensadores.

A dissuasão é ofensiva quando a existência de meios potentes é um fator de convencimento da inutilidade do oponente se opor a uma ação que se pretenda realizar.

A capacidade de conduzir uma guerra irregular, numa administração de crise preparada a partir de uma perspectiva de longo prazo, pode contribuir para a dissuasão de uma agressão potencial.

Qualquer que seja a natureza da dissuasão, sua finalidade é evitar o conflito armado.

5.1.3 Estratégia da Ação Independente

Consiste no emprego do poder nacional de um país, particularmente de sua expressão militar, de forma independente, por iniciativa e decisão de seu governo, quando estiverem ameaçadas a consecução e a garantia de seus objetivos nacionais, com base no princípio da legítima defesa e mesmo à revelia dos organismos internacionais.

5.1.4 Estratégia da Aliança

Consiste no emprego do poder nacional com preponderância da expressão militar, conjugada à expressão militar de um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados cujos objetivos coincidam com seus interesses.

5.1.5 Estratégia da Ofensiva

Preconiza a ideia de realizar as ações necessárias a enfrentar ameaças internas ou externas, por meio de ações ofensivas realizadas num quadro de conflito armado, mesmo em território estrangeiro, para facilitar operações em curso, sem qualquer intenção de anexação e com a finalidade de proteger os recursos nacionais.

5.1.6 Estratégia da Defensiva

Consiste na realização das ações necessárias para garantir a integridade do território nacional, para proteger a população e para preservar os recursos materiais do Estado.

Possui caráter eventual e transitório no âmbito da manobra estratégica, sendo de caráter permanente no que concerne à defesa territorial.

5.1.7 Estratégia da Projeção do Poder

Consiste na participação da expressão militar além fronteiras, em situações que favoreçam o respaldo crescente de um país na cena internacional, seja por iniciativa própria ou por solicitação de organismos internacionais.

Como exemplo, temos as forças de paz e as forças expedicionárias.

5.1.8 Estratégia da Resistência

Consiste em desgastar, por meio de um conflito prolongado, um poder militar superior, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de ações não-convencionais e inovadoras, como, por exemplo, táticas de guerrilha.

Essas ações poderão ser conduzidas por forças regulares atuando fora dos padrões operacionais da guerra convencional e/ou por forças irregulares.

Na execução dessa estratégia, assumem papel preponderante as ações psicológicas para conquista da opinião pública internacional, visando o enfraquecimento da frente interna do oponente, bem como a conquista do apoio incondicional da totalidade ou de parcela ponderável da população. Nesse sentido, a postura ética e humanitária no trato com o oponente contribuem para essas conquistas, podendo, no decorrer do conflito, inverter a direção da propaganda adversa.

A eficácia dessa estratégia baseia-se, fundamentalmente, nas seguintes premissas:

- as ações devem ser conduzidas no território nacional;
- o TO deve ser adequadamente amplo, de modo a favorecer a dispersão das ações;
- os centros urbanos constituem-se em atrativos operacionais. Neste particular, o centro de gravidade estratégico do oponente deverá localizar-se em área urbana;

- considerar que determinados pontos críticos e sensíveis, localizados em ambiente rural, também constituem-se em atrativos operacionais;
- a Força Terrestre deve manter seus quadros adestrados, também, nas operações não-convencionais, seja em ambiente rural, seja em ambiente urbano;
- a Força Terrestre, por intermédio de suas organizações militares desdobradas no território nacional, deve manter-se permanentemente integrada à sociedade, de modo a fortalecer sua credibilidade perante a opinião pública, facilitando o ajustamento do caráter nacional a esse tipo de estratégia, quando se fizer necessário; e
- o sistema de inteligência deve buscar o conhecimento das peculiaridades e deficiências do oponente, de modo a transformá-las em vulnerabilidades, por intermédio de ações seletivas das forças de resistência, minando o poder de combate desse oponente.

Ass 5. SEGURANÇA E DEFESA (01 hora)

Objetivos específicos:

I-9. Apresentar os conceitos de segurança e defesa públicas e nacionais.

I-10. Apresentar as ações de defesa externa e interna.

1. Segurança e Defesa Públicas (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

1.1 Conceitos

Abrangendo a segurança do Homem como ser individual e como ser social, os níveis Individual e Comunitário conformam a Segurança Pública.

1.1.2 Segurança Pública

A garantia do exercício dos direitos individuais e a manutenção da estabilidade das instituições, bem como o bom funcionamento dos serviços públicos e o impedimento de danos sociais, caracterizam a **Ordem Pública**, objeto da Segurança Pública. Os serviços públicos incluem todas as atividades exercidas pelo Estado, com ênfase nas administrativas, de polícia, de prestação de serviços, judiciárias e legislativas.

Ordem Pública é a situação de tranquilidade e normalidade cuja preservação cabe ao Estado, às Instituições e aos membros da Sociedade, consoante as normas jurídicas legalmente estabelecidas.

A **Segurança Pública** pressupõe, portanto, a participação direta do Estado, da Sociedade e de seus membros, observadas as normas jurídicas que limitam e definem suas ações. Entende-se como componentes do Estado o conjunto de todos os níveis de competência da **Administração Pública – Federal, Estadual e Municipal.**

Segurança Pública é a garantia da manutenção da Ordem Pública, mediante a aplicação do Poder de Polícia, prerrogativa do Estado.

1.1.3 Defesa Pública

A **Segurança Pública** é alcançada por meio de ações de **Defesa Pública**, para a preservação da **Ordem Pública**. Sendo garantia para assegurar a **Ordem Pública**, é campo de aplicação do **Poder de Polícia**, expressão do monopólio da força que o Estado detém. Quanto à aplicação do Poder Nacional, a **Defesa Pública** limita-se à parcela que é delegada ao Estado, sob a responsabilidade do Governo.

Defesa Pública é o conjunto de medidas, atitudes e ações, coordenadas pelo Estado, mediante aplicação do Poder de Polícia, para superar ameaças específicas à Ordem Pública.

2. Segurança e Defesa Nacionais (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

2.1 Introdução

A **Segurança Nacional** decorre da necessidade de proteção da sociedade como um todo e da preservação dos Objetivos Fundamentais, através do atendimento das necessidades, interesses e aspirações nacionais, obtido pela consecução dos Objetivos de Estado e de Governo.

A preservação da **Segurança Nacional** é, fundamentalmente, um encargo do Estado, uma vez que ele é a instituição concentradora do poder coercitivo por excelência e representa, por delegação, os interesses da Sociedade Nacional. A responsabilidade pela preservação da **Segurança Nacional**, no entanto, não é exclusiva do **Estado**, mas de toda a **Nação,** cuja sobrevivência reclama a cooperação da comunidade nacional e de cada indivíduo.

2.2 Conceitos

2.2.1 Segurança Nacional

Mesmo sendo encargo do Estado, a **Segurança Nacional** envolve a aplicação de Poder Nacional com um todo.

Segurança Nacional é o sentimento de garantia para a Nação, da conquista e manutenção dos seus Objetivos Fundamentais proporcionada pela aplicação do seu Poder Nacional.

O conceito traz uma referência aos Objetivos Fundamentais da Nação, podendo dizer-se que a **Segurança Nacional** consiste na garantia de que os objetivos de existência soberana, identidade democrática, integração social, integridade patrimonial, progresso e paz social estão sendo buscados e preservados.

2.2.2 Defesa Nacional

No trato **das ameaças, a Segurança Nacional** abrange todo o universo antagônico, onde ocorrem atitudes que são ou poderão ser lesivas aos Objetivos Fundamentais, exigindo que medidas, atitudes e ações sejam adotados na preservação desses objetivos.

No levantamento das **ameaças** que se podem constituir em antagonismos sobrelevam as de origem externa, exigindo constante acompanhamento do ambiente internacional.

Quando o **Poder Nacional** é aplicado efetivamente, através de ações visando a superar Antagonismos, internos ou externos, que possam afetar a consecução e/ou a manutenção dos Objetivos Fundamentais, fica materializada a **Defesa Nacional**.

Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na Expressão Militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais e manifestas.

Há uma clara distinção de tratamento quando se configuram ameaças à Segurança Nacional. Em caso de **Antagonismos**, ou seja, óbices que, de forma lesiva, dificultem ou impeçam o alcance ou a preservação dos Objetivos Nacionais, as medidas serão predominantemente coercitivas, em diferentes graus e níveis. Em caso de **Fatores Adversos** que passem a representar ameaça aos Objetivos Nacionais, as medidas serão

predominantemente **preventivas** conduzidas em processo caracterizado por sua emergência e excepcionalidade.

3. Âmbitos de Atuação (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

Tendo em vista a origem das **ameaças**, a Segurança Nacional deve ser analisada sob dois âmbitos: **Externo e Interno**.

Quando proveniente de **ameaças** de qualquer origem, forma ou natureza, situadas no ambiente das relações internacionais, a Segurança Nacional será buscada por meio de ações de Defesa Externa. Diante de ameaças que possam manifestar-se ou produzir efeitos no âmbito interno do País, trata-se de **Defesa Interna**.

Sendo assim, as **atitudes, medidas e ações** planejadas para se contraporem às **ameaças** deverão caracterizar-se de acordo com o âmbito ou ambiente onde elas atuam.

3.1 Ações de Defesa Externa

Nas relações internacionais, a Defesa Externa está presente no estabelecimento da política específica e nas ações estratégicas concernentes ao fortalecimento do Poder Nacional, uma vez que o aumento de poder significa aumento de possibilidades de negociar, de dissuadir, coagir e, até mesmo, se necessário, atuar coercitivamente.

Ações de Defesa Externa são atos planejados, aplicados e coordenados pelo Governo, aplicados no ambiente externo à Nação e que visam a superar ameaças que possam atentar contra os Objetivos Fundamentais.

3.2 Ações de Defesa Interna

As **Ações de Defesa Interna** constituem respostas a ameaças específicas contra a Segurança Nacional no âmbito interno. Tais ameaças devem caracterizar-se como infringentes da ordem jurídica legitimamente estabelecida, estando devidamente evidenciadas por iniciativas e atos que dificultem ou ponham em perigo a consecução ou a manutenção dos Objetivos Fundamentais.

A resposta a essas atitudes e a atos de manifesto antagonismo será a adoção de medidas e ações planejadas e coordenadas sob responsabilidade governamental, que devem ser facultadas ou determinadas pelo ordenamento jurídico do Estado.

Ações de Defesa Interna são atos planejados e coordenados pelo Governo, limitados e/ou determinados pelo ordenamento jurídico, aplicados sobre objetivos de âmbito interno da Nação e que visam superar situações que possam atuar contra os Objetivos Fundamentais.

Ass 6. ESTRATÉGIA MILITAR BRASILEIRA (03 horas)

Objetivos específicos:

I-11. Analisar os aspectos relevantes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

6.1 Política de Defesa Nacional (ESG, Manual Básico, Vol I - Elementos Doutrinários, Rio de Janeiro, 2006)

A orientação geral sobre o emprego do Poder Nacional na execução das ações de Defesa deve constar de documentação específica, que defina os objetivos a serem perseguidos ou mantidos. Esse documento é denominado **Política de Defesa Nacional**.

Política de Defesa Nacional é o conjunto de Objetivos de Governo bem como a orientação do Poder Nacional no sentido de conquistá-los e mantê-los, superando

ameaças e agressões de qualquer natureza que se manifestem, ou possam manifestar-se, contra a Segurança e o Desenvolvimento da Nação.

6.2 Estratégia Nacional de Defesa

Estratégia Nacional de Defesa é a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional em sua expressão militar para, superando os Óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional de Defesa.

6.2.1 Estratégia da Presença

Preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional.

É efetivada não só pela criteriosa articulação das unidades no território (presença seletiva), como também, pela possibilidade de fazer-se presente em qualquer parte dele, quando for necessário, configurando a mobilidade estratégica.

6.2.2 Estratégia da Dissuasão

Consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam.

A dissuasão se apoia nos fatores capacidade, credibilidade, comunicação e incerteza com relação a determinadas incógnitas, como por exemplo o comportamento de outras nações. A dissuasão não pode ser um blefe.

A dissuasão é defensiva quando um Estado dispuser de meios suficientemente potentes para conter e revidar o golpe inicial do oponente e puder contar com desenvolvida capacidade de mobilização. O objetivo é dissuadir o oponente de tomar a decisão de empregar seus meios de ataque, diante da incerteza de que alcançará resultados compensadores.

A dissuasão é ofensiva quando a existência de meios potentes é um fator de convencimento da inutilidade do oponente se opor a uma ação que se pretenda realizar.

A capacidade de conduzir uma guerra irregular, numa administração de crise preparada a partir de uma perspectiva de longo prazo, pode contribuir para a dissuasão de uma agressão potencial.

Qualquer que seja a natureza da dissuasão, sua finalidade é evitar o conflito armado.

6.2.3 Estratégia da Ação Independente

Consiste no emprego do poder nacional de um país, particularmente de sua expressão militar, de forma independente, por iniciativa e decisão de seu governo, quando estiverem ameaçadas a consecução e a garantia de seus objetivos nacionais, com base no princípio da legítima defesa e mesmo à revelia dos organismos internacionais.

6.2.4 Estratégia da Aliança

Consiste no emprego do poder nacional com preponderância da expressão militar, conjugada à expressão militar de um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados cujos objetivos coincidam com seus interesses.

6.2.5 Estratégia da Ofensiva

Preconiza a ideia de realizar as ações necessárias a enfrentar ameaças internas ou externas, por meio de ações ofensivas realizadas num quadro de conflito armado, mesmo em território estrangeiro, para facilitar operações em curso, sem qualquer intenção de anexação e com a finalidade de proteger os recursos nacionais.

6.2.6 Estratégia da Defensiva

Consiste na realização das ações necessárias para garantir a integridade do território nacional, para proteger a população e para preservar os recursos materiais do Estado.

Possui caráter eventual e transitório no âmbito da manobra estratégica, sendo de caráter permanente no que concerne à defesa territorial.

6.2.7 Estratégia da Projeção do Poder

Consiste na participação da expressão militar além fronteiras, em situações que favoreçam o respaldo crescente de um país na cena internacional, seja por iniciativa própria ou por solicitação de organismos internacionais.

Como exemplo, temos as forças de paz e as forças expedicionárias.

6.2.8 Estratégia da Resistência

Consiste em desgastar, por meio de um conflito prolongado, um poder militar superior, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de ações não-convencionais e inovadoras, como, por exemplo, táticas de guerrilha.

Essas ações poderão ser conduzidas por forças regulares atuando fora dos padrões operacionais da guerra convencional e/ou por forças irregulares.

Na execução dessa estratégia, assumem papel preponderante as ações psicológicas para conquista da opinião pública internacional, visando o enfraquecimento da frente interna do oponente, bem como a conquista do apoio incondicional da totalidade ou de parcela ponderável da população. Nesse sentido, a postura ética e humanitária no trato com o oponente contribuem para essas conquistas, podendo, no decorrer do conflito, inverter a direção da propaganda adversa.

A eficácia dessa estratégia baseia-se, fundamentalmente, nas seguintes premissas:

- as ações devem ser conduzidas no território nacional;
- o TO deve ser adequadamente amplo, de modo a favorecer a dispersão das ações;
- os centros urbanos constituem-se em atrativos operacionais. Neste particular, o centro de gravidade estratégico do oponente deverá localizar-se em área urbana;
- considerar que determinados pontos críticos e sensíveis, localizados em ambiente rural, também constituem-se em atrativos operacionais;
- a Força Terrestre deve manter seus quadros adestrados, também, nas operações não-convencionais, seja em ambiente rural, seja em ambiente urbano;
- a Força Terrestre, por intermédio de suas organizações militares desdobradas no território nacional, deve manter-se permanentemente integrada à sociedade, de modo a fortalecer sua credibilidade perante a opinião pública, facilitando o ajustamento do caráter nacional a esse tipo de estratégia, quando se fizer necessário; e
- o sistema de inteligência deve buscar o conhecimento das peculiaridades e deficiências do oponente, de modo a transformá-las em vulnerabilidades, por intermédio de ações seletivas das forças de resistência, minando o poder de combate desse oponente.

* * *

Bom Estudo!